

# CADERNO de FORMAÇÃO

FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
BLOCO 02 - DIDÁTICA DOS CONTEÚDOS

VOLUME 11

UNIVESP

unesp 

  
GOVERNO DO ESTADO DE  
**SÃO PAULO**  
CADA VEZ MELHOR

São Paulo  
**CULTURA  
ACADÊMICA**   
*Editora*  
2012

© 2012, BY UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Rua Quirino de Andrade, 215 - CEP 01049-010 - São Paulo - SP

Tel.(11) 5627-0245

www.unesp.br

UNIVESP - UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

Rua Bela Cintra, 847 - Consolação

CEP: 01014-000 - São Paulo SP

Tel. (11) 3218 5784

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Lilium Lungarezi de Oliveira-ME

Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação  
U58c Caderno de formação: formação de professores didática dos conteúdos /  
Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação; Universidade  
Virtual do Estado de São Paulo. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.  
v. 11 ; 112 p. ; 28 cm. – (Curso de Pedagogia)

Elisa Tomoe Moriya Schlünzen (Organizadora)

ISBN 978-85-7983-283-3



1. Formação de professores. 2. Didática dos conteúdos. 3. Conteúdos e  
Didática de Libras. I. Autor. II. Universidade Virtual do Estado de São  
Paulo. III. Título.

CDD 370.19

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Governador  
Geraldo Alckmin

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Secretário  
Paulo Alexandre Barbosa

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

Vice-Reitor no Exercício da Reitoria  
Julio Cezar Durigan

Chefe de Gabinete  
Carlos Antonio Gamero

Pró-Reitora de Graduação  
Sheila Zambello de Pinho

Pró-Reitora de Pós-Graduação  
Marilza Vieira Cunha Rudge

Pró-Reitora de Pesquisa  
Maria José Soares Mendes Giannini

Pró-Reitora de Extensão Universitária  
Maria Amélia Máximo de Araújo

Pró-Reitor de Administração  
Ricardo Samih Georges Abi Rached

Secretária Geral  
Maria Dalva Silva Pagotto

FUNDUNESP - Diretor Presidente  
Luiz Antonio Vane

**CULTURA**  
**ACADÊMICA** 

*Editora*

Cultura Acadêmica Editora  
Praça da Sé, 108 - Centro  
CEP: 01001-900 - São Paulo-SP  
Telefone: (11) 3242-7171

# PEDAGOGIA UNESP/UNIVESP

Sheila Zambello de Pinho  
Coordenadora Geral e Pró-Reitora de Graduação

Edson do Carmo Inforsato  
Coordenador Pedagógico

Klaus Schlünzen Junior  
Coordenador de Mídias

Lourdes Marcelino Machado  
Coordenadora de Capacitação

## CONSELHO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Edson do Carmo Inforsato  
Presidente

Celestino Alves da Silva Junior

Lourdes Marcelino Machado

Gilberto Luiz de Azevedo Borges

Alonso Bezerra de Carvalho

Sonia Maria Coelho

Gustavo Isaac Killner

Rosângela de Fátima Corrêa Fileni

Ilíada Pires da Silva

## SECRETARIA

Roseli Aparecida da Silva Bortoloto

Aline Gama Gomes

Rebeca Naves Reis

## NEAD - NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / UNESP

Klaus Schlünzen Junior

Coordenador Geral

## TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA

Pierre Archag Iskenderian

Coordenador de Grupo

André Luís Rodrigues Ferreira

Guilherme de Andrade Lemeszenski

Marcos Roberto Greiner

Pedro Cássio Bissetti

Renê Gomes Beato

## PRODUÇÃO, VEICULAÇÃO E GESTÃO DE MATERIAL

Dalner Palomo

Eliane Aparecida Galvão Ribeiro Ferreira

Elisandra André Maranhe

Márcia Debieux de Oliveira Lima

Antônio Netto Júnior

## ADMINISTRAÇÃO

Sueli Maiellaro Fernandes

Jessica Papp

João Menezes Mussolini

# PREZADOS ALUNOS

Entramos no terceiro ano do primeiro Curso de Pedagogia na modalidade semi presencial oferecido pela Unesp em parceria com a Univesp. Em mais de meio caminho percorrido, podemos nutrir esperanças de completá-lo com êxito. Os dados de que dispomos sobre suas realizações são animadores: as atividades, tanto as presenciais quanto as virtuais, estão sendo cumpridas com rigor e com qualidade. Nossos materiais didáticos mantêm-se em um nível de excelência correspondente ao prestígio da Unesp e tem sido avaliados como ótimos guias para as atividades que, sem dúvida, são enriquecidas e complementadas com a experiência e a competência dos nossos formadores.

Se no bloco 1 com as 1050 horas cumpridas procuramos abordar os assuntos conformadores do preparo de um profissional da educação, com este bloco 2 em curso, nas suas 1440 horas, estamos nos empenhando para que os nossos licenciandos adquiram um domínio amplo e atualizado das várias áreas de conteúdo que englobam o ensino básico, atrelado a um domínio das metodologias didáticas que são necessárias para ensinar nossas crianças a se inserirem com firmeza no mundo da leitura, da escrita e da interpretação criteriosa dos fatos da vida e do mundo natural.

A Pro-Reitoria de Graduação tem desenvolvido sua atuação sempre no sentido de garantir a boa formação aos nossos alunos, compromissada com um processo de ensino-aprendizagem que torne os profissionais competentes no conhecimento e profundamente éticos nas suas realizações. Isto se aplica tanto aos cursos presenciais quanto aos cursos cujas partes são feitos a distância, todos são da Unesp e é com o seu selo de qualidade que temos compromisso.

Portanto desejamos a todos que aproveitem esse material para que ele contribua como mais uma etapa importante da sua formação.



Sheila Zambello de Pinho

# CARTA AO ALUNO

## *Mensagem da coordenação*

Todo o programa de estudos se desenvolve sobre um currículo. Embora árido no termo em si, ele significa, em uma acepção fértil, o conjunto de experiências ordenadas pelas quais deve passar o aprendiz ao longo do curso que, se transcorrer como o esperado, lhe possibilitará o domínio de conhecimentos necessários para o exercício de atividades importantes na sociedade. Necessários mas não suficientes, uma vez que uma formação nunca se completa porque ela é realizada pela e para a sociedade humana que, como a natureza, é dinâmica e desafiadora.

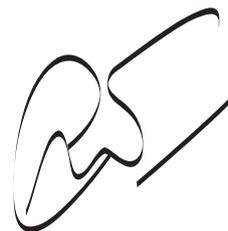
Este curso de Pedagogia Unesp/Univesp foi planejado de forma a ter um currículo que possibilitasse aos alunos passarem por experiências as mais diversas e necessárias para que se certificassem como pedagogos hábeis e versáteis e, principalmente, valorosos em humanidade. O caderno de cada disciplina é parte substancial deste currículo. Para a sua elaboração fizemos questão de contar com autores devidamente qualificados, reconhecidos nas suas áreas de atuação e com uma equipe de profissionais que cuidasse com esmero da parte técnica dele. Nossa avaliação até aqui, baseada em dados concretos extraídos de vários segmentos da área pedagógica, é a de que temos conseguido obter um material, em termos de conteúdo formativo e de apresentação gráfica, de boa qualidade, compatível com a excelência almejada por nossa instituição, a Unesp. Nem por isso temos nos acomodado, pois a cada edição de novo caderno tentamos melhorar em aspectos que nos são sugeridos por essas próprias avaliações.

Assim como as demais partes do nosso currículo apenas serão cumpridas se houver a correspondência de todos os que o fazem acontecer na prática, alunos e professores, estes cadernos também só terão efetividade curricular se todos os completarem com seus empenhos referenciados no compromisso com a sua própria formação.

Nem sempre o esperado é cumprido, mas acreditamos que mesmo para o inesperado há, como disse o poeta, imensos caminhos.



Klaus Schlünzen Junior



Edson do Carmo Inforsato

# SUMÁRIO

BLOCO 02 - DIDÁTICA DOS CONTEÚDOS - VOL. 11

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL - PARTE V

Visão Geral da Disciplina ..... 10

Ambientes Potencializadores para Inclusão e Núcleo de Ensino ..... 15

*Elisa Tomoe Moriya Schlünzen.*

## CONTEÚDO E DIDÁTICA DE LIBRAS

Visão Geral da Disciplina ..... 38

O que é Libras? ..... 43

*Elisa Tomoe Moriya Schlünzen*

*Laís Benedetto*

*Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos*

História das Pessoas Surdas: da exclusão à política educacional brasileira atual ..... 47

*Elisa Tomoe Moriya Schlünzen*

*Laís Benedetto*

*Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos*

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. .... 54

Decreto nº 5.6261, de 22 de dezembro de 2005 ..... 56

Desafios na formação de profissionais na área da surdez ..... 68

*Ronice Muller de Quadros*

Inclusão de surdos: pela peça que encaixa neste quebra-cabeça..... 73

*Ronice Müller Quadros*

Agendas e Atividades..... 77



# EIXO ARTICULADOR

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL

*Professora autora:*

ELISA TOMOE MORIYA SCHLÜNZEN

Departamento de Matemática, Estatística e Computação,  
Faculdade de Ciência e Tecnologia Unesp -  
Presidente Prudente

*Professoras assistentes:*

RENATA RINALDI

Faculdade de Ciência e Tecnologia,  
Departamento de Educação Unesp –  
Presidente Prudente

RAQUEL GOMES DE OLIVEIRA

Faculdade de Ciência e Tecnologia,  
Departamento de Educação Unesp –  
Presidente Prudente

*Professora colaboradora:*

DANIELLE SANTOS

Faculdade de Ciência e Tecnologia  
Unesp – Presidente Prudente

Bloco 2

Eixo Articulador

Didática dos Conteúdos

Educação Inclusiva e Especial

## EIXO ARTICULADOR

# Educação Inclusiva e Especial

O presente eixo articulador foi concebido com a premissa de oferecer instrumentos de análise das políticas e práticas de inclusão escolar de Pessoas com Deficiência.

Assim, o intuito é levantar subsídios necessários para análise de quais são as práticas e os recursos que podem ser utilizados na perspectiva de uma escola inclusiva, por meio da promoção de atividades escolares que desenvolvam as habilidades de todos os alunos, incluindo as Pessoas com Deficiência (PD). Neste sentido, serão promovidas atividades e estudos sobre as atividades próprias da escola comum, agregadas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), de acordo com as necessidades educacionais específicas dos alunos, bem como considerando sua importância dentro das políticas de Inclusão e sua aplicação em contextos escolares.

Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos:

### GERAL

Desenvolver conhecimentos sobre Inclusão Escolar e Educação Especial articulados aos conhecimentos específicos das metodologias de ensino.

### ESPECÍFICOS

- Estudar as perspectivas de Inclusão Escolar e de Educação Especial, buscando identificar suas características, diferenças e semelhanças.
- Analisar leis e decretos que configurem as abordagens de ensino.
- Identificar quais são as práticas e os recursos que podem ser utilizados na perspectiva inclusiva para o desenvolvimento das habilidades de Pessoas com Deficiência (PD).
- Analisar possibilidades de atuação profissional, usando como ponto de partida o Ambiente Construcionista, Contextualizado e Significativo, e o Trabalho com Projetos.

## EMENTA

Abordagem dos conhecimentos sobre Inclusão Escolar e Educação Especial, suas características, diferenças, semelhanças, políticas de ação e possibilidades de atuação profissional. Apresentação de conteúdos sob a forma de blocos representativos de cada característica abrangida pelas áreas de metodologia de ensino, seguido da referente bibliografia.

Ao final deste eixo, esperamos criar um espaço de análise da própria atuação profissional, usando como ponto de partida o Ambiente Construcionista, Contextualizado e Significativo, e o Trabalho com Projetos, os quais serão estimulados ao longo do Eixo, articuladamente às disciplinas de metodologia de ensino.

Esperamos que cada conteúdo e prática sejam desenvolvidos no sentido de utilizar as mais variadas estratégias de estudo, estimulando a reflexão e a ação contextualizadas.

A média final do Eixo representará 50% do somatório que comporá a média final da disciplina D24 – Libras. Assim, teremos atividades avaliativas que devem ser feitas com empenho e dentro dos prazos estabelecidos.

*Agradeço a importante participação  
da Renata, Danielle e Raquel  
na produção deste material.*



# VISÃO GERAL DA DISCIPLINA

Diante deste quadro, foram elencados os seguintes conteúdos:

- Política de Educação Inclusiva e Adaptações Curriculares.
- Trabalho com Projetos e apresentação de Tecnologia Assistiva e Objetos educacionais .
- Tecnologias Educacionais Digitais para o trabalho com conteúdos específicos das Metodologias de Ensino.
- Elaboração e Aplicação de Planos de Ensino e Projetos articulando os diferentes conteúdos das Metodologias de Ensino.

Com isso, o eixo buscará integrar teoria e prática, a partir de:

- Leituras, análises e discussão de textos teóricos.
- Levantamento e vivência de atividades propostas por diferentes fontes, inclusive a valorização de experiências construídas pelos alunos/professores.
- Realização de pesquisas junto às instituições de ensino para que os alunos tenham contato com a realidade e possam preparar-se para o trabalho pedagógico.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. E. **Educação, Projetos, Tecnologia e Conhecimento**. São Paulo: Proem, 2001.
- AMARAL, Lígia A. **Pensar a Diferença/deficiência**. BRASÍLIA: CORDE, 1994.
- BUENO, José G. S. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno deficiente**. São Paulo: EDUC/PUC/FAPESP, 1993.
- COORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA. **Os direitos das pessoas portadoras de deficiências**. Brasília: CORDE, 1994.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Salamanca: sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Espanha: ONU, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 15 out. 2012.
- DENARI, F. A. Deficiência: condição física e/ou criação cultural? In: DENARI, F. A. **O adolescente especial e a sexualidade: nem anjo, nem fera**. 1997. Tese em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1997.

- (Doutorado MANTOAN, M. T. E. (Org.) **Pensando e fazendo educação de qualidade**. São Paulo: UNICAMP/NIED, 2000.
- MAZZOTTA, M. J. S. Fracasso Escolar e classe especial para deficientes mentais: Relações de Correspondência e Contradição. **Insight** - Psicoterapia, São Paulo, v. 39, p. 19-21, 1994.
- MAZZOTTA, M. J. S. A integração virou modismo. **Revista Vivência**, Florianópolis, n. 13, p. 12-16, 1992.
- OMOTE, S. Aparência e competência em Educação Especial. In: DIAS, T. R. da S. et.al (Orgs.). **Temas em Educação Especial**, São Carlos, v.1, p. 11-26, 1990.
- PELLANDA, N. M. C.; SCHLÜNZEN, E. T. M.; SCHLÜNZEN Jr., K. (org). **Inclusão Digital**: tecendo redes afetivas/cognitivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- PIERRÔ, A. A escola perante o déficit internacional. In: COLL, C; PALÁCIOS, J; MARCHESI, Á. (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação** - necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes médicas, 1995. v. 3. p. 243-251.
- SCHLÜNZEN, E. T. M. **Mudanças nas práticas pedagógicas do professor: criando um ambiente construcionista contextualizado e significativo para crianças com necessidades especiais físicas**. 2000. 240f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- HOFFMAN, J. M. L. **Avaliação mediadora**: Uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 1993.
- INCLUSÃO: REVISTA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Brasília, DF: MEC, 2005-. ISSN 1808-8899.
- MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência**: Contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão** – construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.



# AMBIENTES POTENCIALIZADORES PARA INCLUSÃO E NÚCLEO DE ENSINO

## Elisa Tomoe Moriya Schlünzen

Licenciada em Matemática, Doutora em Educação, Coordenadora da Rede São Paulo de Formação Docente (Redefor), Docente do Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Unesp/Presidente

## Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos

Licenciada em Pedagogia, Mestrado em Educação (Tecnologias da Informação e Comunicação e Educação), Doutoranda em Educação, Professora Universitária, Colaboradora no curso de Libras à Distância – Unesp

## Juliana Dalbem Omodei

Licenciada em Pedagogia, Psicopedagoga, Mestranda em Educação, Tutora para o curso Tecnologia Assistiva, Projetos e Acessibilidade: promovendo a inclusão escolar (Unesp/UAB), Integrante do Grupo de Pesquisa Ambientes Potencializadores para Inclusão (API) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Unesp/Presidente Prudente

## Cristiane Aparecida Scolari Barbosa

Licenciada em Pedagogia, Professora no município de Regente Feijó, Cursa Especialização em Atendimento Educacional Especializado, Experiência em Educação Especial – Centro Universitário de Maringá, CESUMAR/Paraná

O que muda não é a diferença. São os olhos...

(Rubem Alves)

Para a maioria das pessoas, a tecnologia torna a vida mais fácil;  
para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna a vida possível.

(Norberto Sanches)

**Resumo:** Abordar a temática da Inclusão quer no âmbito escolar, social ou profissional, tem se tornado foco de reflexão em todos os setores, principalmente dentro do campo acadêmico. Diante desta perspectiva foi criado na esfera da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/Unesp) de Presidente Prudente/SP/Brasil, em 2002, o grupo de pesquisa: Ambientes Potencializadores para Inclusão (API) cujo desafio é promover estratégias pedagógicas viabilizadoras de inclusão digital, social e educacional de Pessoas com Deficiência (PD), inseridas em um ambiente denominado: Construcionista, Contextualizado e Significativo (CCS), para desenvolver projetos tendo como ferramenta o computador. Para tanto, o grupo promove a formação inicial dos alunos dos cursos de licenciatura da unidade e também a formação em serviço de professores da rede regular da região. A metodologia adotada (análise teórica e metodológica para fundamentação teórica, entrevistas, estudo das patologias, elaboração de atividades contextualizadas, entre outras), tem contribuído tanto para a construção do conhecimento e para o afloramento da afetividade e sociabilidade das PD, quanto para a formação dos agentes atuantes no projeto. Deste modo, os avanços obtidos (desenvolvimento afetivo, social e cognitivo) em 2008 comprovam que é possível alcançar a inclusão das PD, desde que seu potencial e não suas limitações sejam evidenciadas e exploradas, de forma que expressem seus valores, idéias e habilidades.

**Palavras-Chave:** Inclusão Digital, Social e Escolar, Trabalho com Projetos, Ambiente Construcionista, Contextualizado e Significativo.

## HISTÓRICO

Iniciamos o presente artigo a partir da perspectiva da Inclusão, a qual defendemos em nosso contexto acadêmico e social. Em rápidas palavras, como define Sasaki (1999), esta é um processo de mudança do sistema social comum, para acolher **toda** a diversidade humana (grifo nosso).

Nessa perspectiva, uma educação inclusiva deve partir da premissa de que toda e qualquer pessoa tem que ter garantidos os direitos de estudar e, acima de tudo, aprender. No entanto, é necessário que a escola atente-se para o fato de que todos têm o direito de estudar nela.

Entende-se por educação inclusiva, uma vez que seja capaz de garantir o direito à educação indisponível e para todos, e que exija da escola comum uma mudança radical de paradigma e transformação na sua organização pedagógica. Para Mantoan (2002), nesse sentido, é impossível pensar em um projeto escolar que reconhece e valoriza as diferenças, encerrado em uma proposta de ensino só para “alguns”, sendo estes aqueles que se encaixam em suas exigências normalizadoras, que são discriminatórias e compensatórias da diversidade natural dos alunos.

Para tanto, é necessária uma preparação significativa, no que diz respeito às estruturas formais e funcionais do sistema educacional, bem como ao atendimento à diversidade, que, de acordo com Mantoan (2002) no meio social e, especialmente no ambiente escolar, é fator determinante do enriquecimento das trocas, dos intercâmbios intelectuais, sociais e culturais. O atendimento à diversidade pode aprimorar a qualidade do ensino regular e a adição

de princípios educacionais válidos para todos os alunos, o que resultará naturalmente na inclusão das Pessoas com Deficiências (PD).

Considerando o atendimento à diversidade, surge também a perspectiva da modernização e informatização do ensino, paralela à que ocorre na sociedade. Em informática aplicada à educação, estudos já comprovam que, de acordo com a Abordagem Construcionista de Ensino (VALENTE, 1999), o uso do computador passou a assumir um papel fundamental de complementação, de aperfeiçoamento e de possível mudança na qualidade da educação, possibilitando a criação de ambientes de aprendizagem diversificados e inclusivos.

Mas, não é tão simples quanto parece. Incluir significa modificar estruturas, quebrar paradigmas, e transpor barreiras, o que é, no mínimo, um processo desafiador. Assumir este “ônus” significa reestruturar o processo de formação de professores, assumindo a característica de continuidade. Almeida (2001) afirma que, para que o sistema educacional tenha condições de criar ambientes de aprendizagem que possam garantir esse movimento (contínuo de construção e reconstrução do conhecimento) é preciso, para além das estruturas físicas e funcionais da escola, que o professor seja preparado para desenvolver competências.

Tais competências têm que assumir a complexidade de: estar aberto a aprender a aprender, aceitar e trabalhar com as diferenças, atuar a partir de temas emergentes no contexto e de interesse dos alunos, promover o desenvolvimento de projetos cooperativos, assumir atitude de investigador do conhecimento e da aprendizagem, propiciar a reflexão, dominar os recursos computacionais, identificar as potencialidades de aplicação desses recursos na prática pedagógica, e desenvolver um processo de reflexão na prática e sobre a prática, reelaborando continuamente teorias que orientem sua atitude de mediação.

Por isso, sendo a escola o produto das relações da sociedade, e sendo o professor o principal referencial dentro dela, suas atitudes devem primar por adaptações, capazes de tornar a sua prática pedagógica a maior beneficiária na construção do conhecimento de seus alunos e no atendimento à diversidade. Especificamente em relação às PD, o uso de programas informatizados, aliado a uma prática diferenciada, pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades cognitivas que são cada vez mais necessárias à sobrevivência, realização e crescimento humanos. Quando falamos nesses três aspectos, não podemos deixar de salientar que nos referimos a todas as pessoas, mas, principalmente as PD, foco de nossas pesquisas.

O ambiente Construcionista, Contextualizado e Significativo (CCS), termo definido por Schlünzen (2000), é um ambiente inclusivo, onde existe um problema que nasce de um movimento na sala de aula e onde os alunos em conjunto com os professores decidem o que desenvolver, com o uso do computador, elaborando um projeto que faz parte de sua vivência e contexto. No decorrer da construção do projeto, os alunos deparam-se com os conceitos

curriculares e o professor auxilia o aluno para a construção do conhecimento a partir dos conceitos e significado.

Sendo assim, o Ambiente CCS significa: Construcionista porque o computador é utilizado para a construção do conhecimento a partir de objetos palpáveis; Contextualizado porque os projetos/atividades construídas são emergentes de situações do contexto dos alunos e Significativo porque os alunos constroem o conhecimento de acordo com o significado atribuído aos conceitos e contexto.

Tais concepções estão amplamente difundidas no ideário pedagógico do Grupo de Pesquisa Ambientes Potencializadores para Inclusão (API), cujas perspectivas pedagógicas e metodológicas serão descritas a seguir, por diversificadas linhas de pesquisa e extensão, em seqüência cronológica:

1. 2000: a orientadora e idealizadora do projeto realizou sua tese de doutorado onde buscou investigar os princípios básicos que orientariam os professores da Associação de Apoio à Criança com Deficiência (AACD), na cidade de São Paulo/SP, construindo uma metodologia que usou o computador com crianças com deficiência física, despertando as potencialidades e habilidades de cada aluno, tendo como estratégia o desenvolvimento de projetos. Logo, em uma formação em serviço, resgatou um ambiente no qual as crianças aprenderam os conceitos de forma lúdica, promovendo contato e vivência com a sociedade;
2. 2002 até 2009: nasceu o Grupo de Pesquisa Ambientes Potencializadores para a Inclusão (API) da FCT/Unesp/Presidente Prudente/SP/Brasil, com a iniciativa de promover uma Inclusão Digital<sup>1</sup> e também Social<sup>2</sup> de Pessoas com Deficiência (PD), em um ambiente denominado Construcionista, Contextualizado e Significativo (CCS)<sup>3</sup>, baseado na pesquisa de doutorado de Schlünzen 2000;
3. 2005 até 2006: foram realizadas duas pesquisas de mestrado em uma escola da rede pública estadual de Presidente Prudente. Com esta investigação houve a formação em serviço de professores do Ensino Fundamental (5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup> e 7<sup>a</sup> séries), que estavam abertos a uma mudança de postura frente à sua prática, tornando-se reflexivos e proporcionando

1. Inclusão Digital: direito de acesso ao mundo digital para o desenvolvimento intelectual (educação, geração de conhecimento, participação e criação) e para o desenvolvimento de capacidade técnica e operacional.

2. Inclusão Social: é o processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiências procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos.

a construção de projetos dentro do contexto dos alunos, usando também a Internet.

4. 2004 até 2008: participação do grupo de pesquisa no projeto Rede Internacional Virtual de Educação (RIVED), em parceria com a Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério de Educação (MEC), visando a construção e desenvolvimento de Objetos de Aprendizagem (OA), ou, *softwares educacionais*, que resultaram em sua aplicação em escolas públicas da rede regular e junto às PD acompanhadas no grupo API.
3. O ambiente Construcionista, Contextualizado e Significativo é um ambiente favorável que desperta o interesse do aluno e o motiva a explorar, a pesquisar, a descrever, a refletir e depurar as suas idéias. Tal ambiente propicia a resolução de problemas que nascem em sala de aula e cujos alunos, juntamente com o professor, decidem desenvolver, com auxílio do computador, um projeto que faz parte da vivência e do contexto dos alunos.

Todas as vertentes do API têm a característica primordial de promover igualdade de oportunidades e condições. O foco deste artigo está no desenvolvimento do trabalho de campo semanal e individual junto às PD, onde estagiários e bolsistas do Núcleo de Ensino, sendo estes alunos dos cursos de licenciatura em Pedagogia e Matemática da FCT/Unesp, são formados para usar os recursos computacionais, construindo estratégias pedagógicas para favorecer a inclusão social, digital e escolar dos alunos acompanhados, com as mais diversas patologias: Síndrome de Down, Atraso Cognitivo e Paralisia Cerebral.

O público-alvo é uma população ao qual, em decorrência de sua deficiência, não teve a oportunidade de freqüentar instituições educativas e chegou à maior idade, entre 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, sem passarem por um processo de alfabetização e letramento ou mesmo de inserção em um contexto educacional. Assim, são pessoas provenientes de classes sociais desfavorecidas que enfrentam grandes dificuldades, especialmente no que concerne à sua inclusão social. Durante os 06 (seis) anos de execução do projeto, passaram pelo acompanhamento mais de 200 (duzentos) alunos. Entre 2008 e 2009 temos um total de 20 (vinte) alunos, onde aproximadamente 50% (cinquenta por cento) estão inseridos em escolas públicas da rede regular ou em instituições especializadas.

No dia-a-dia do projeto procuramos oportunizar a autonomia dos alunos promovendo práticas educativas informatizadas que possam realmente oferecer condições de aprendizagem de conhecimentos cognitivos, afetivos e sociais específicos. Partimos do pressuposto inclusivo de que recriar o modelo educativo deve referir-se primordialmente ao *que* ensinamos e ao *como* ensinamos tendo em vista o crescimento e desenvolvimento das pessoas com deficiência, buscando formá-los para serem éticos, justos e revolucionários, tendo de reverter

uma situação que a própria sociedade ainda não conseguiu resolver inteiramente: mudar o mundo e torná-lo mais humano (MANTOAN, 2002).

Recriar o modelo educativo tem a ver com o que entendemos como qualidade de ensino. Assim, o desenvolvimento de habilidades para a leitura e a escrita tem se destacado neste processo, considerando as necessidades educativas básicas de ensinar a ler e escrever, essenciais à formação para a cidadania e à qualidade de vida, onde a aprendizagem é acentrada. No processo de alfabetização e inclusão digital e social trabalhamos destacando o lógico, o intuitivo, o sensorial, bem como o aspecto social e afetivo dos alunos.

Neste sentido, as ações realizadas no contexto do grupo API consistem em proporcionar intervenções pedagógicas, para que os alunos tenham a oportunidade de avançar em relação à aprendizagem tanto de conceitos escolares como em relação ao seu desenvolvimento diante de mídias digitais (especialmente o computador), considerando um processo de inclusão digital. Nas práticas e métodos pedagógicos predominam a experimentação, a criação, a descoberta, a co-autoria do conhecimento, ou seja, o trabalho com projetos e temas de interesse dos alunos. Para tanto, vale o que os alunos são capazes de aprender hoje e o que podemos lhes oferecer de melhor para que se desenvolvam em um ambiente rico e verdadeiramente estimulador de suas potencialidades (MANTOAN, 2002).

Vale ressaltar que o produto final é a busca incessante de que os sujeitos sejam incluídos em contextos de ensino regular, uma vez que é dever da universidade contribuir para que sejam cumpridas as premissas da Constituição Federal de 1988, onde dispõe que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser garantidos, entre vários princípios, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e a garantia do padrão de qualidade (BRASIL, 2012).

Além disso, a Declaração de Salamanca reafirma o compromisso de uma educação para todos, principalmente no que diz respeito às pessoas com deficiência. Ela traz vários dispositivos acerca do que é a educação inclusiva e quais seus princípios. Dentre outras coisas, proclama que toda criança tem o direito fundamental à educação, e as pessoas com deficiência devem ter acesso à escola regular, alcançando educação para todos.

É neste sentido que o grupo investe esforços para a formação dos estagiários dos cursos de Licenciatura da FCT/UNESP e também dos professores atuantes da rede pública de ensino. Assim, estaremos contribuindo para preparação e formação de professores para o processo inclusivo.

Diante da perspectiva de formação de professores, vemos a tecnologia como um recurso que, além de ser valorizado em nossa sociedade, proporciona acesso à informação.

Assim, de acordo com Omote (2004), saber lidar com a tecnologia, consumi-la e manejar os instrumentos e meios a ela ligados pode abrir as portas para a educação, o trabalho, o lazer, a sociabilidade e a cultura. Nada mais justo então do que dar condições para que professores e alunos se beneficiem de seus recursos e de que as pessoas com deficiência desenvolvam suas habilidades e potencialidades, além de ter equiparadas suas condições.

Para não ficar à margem da sociedade informatizada, o grupo API enfatiza a elaboração de estratégias onde professores e alunos devem se apropriar das tecnologias, transformando e enriquecendo as suas relações, sua maneira de se comunicar, aprender pela facilidade de acesso a informações variadas, expressando sua criatividade e desenvolvendo capacidades mais elaboradas. Assim, desenvolvemos um trabalho transformador promovendo pesquisas, registros escritos, falados, observação e vivências. Os conteúdos curriculares vão sendo chamados espontaneamente, sendo indicativos da vivência dos próprios sujeitos, mas, também buscamos elaborar práticas para esclarecimento de diversos assuntos, sendo esses meios e não fins do ensino.

Dentro da perspectiva do atendimento educacional especializado, procuramos caminhos alternativos, que possibilitem o aprendizado, respeitando o tempo de cada aluno, fazendo com que supere a sua própria limitação. Como aliado no processo de alfabetização, o computador os envolve por meio de estímulos visuais e auditivos, da variação de cores, movimento, imagens. Para Valente (1999), quanto mais o aluno interage com o computador, mais informações ele recebe, as quais colaboram para a construção do seu conhecimento, contribuindo de maneira natural com o seu desenvolvimento intelectual.

Dentro deste contexto, para o desenvolvimento das atividades realizadas, vinculadas ao Núcleo de Ensino, a “Alfabetização” se torna principal temática, aliada ao processo de inclusão digital, social e escolar. O computador passa a ser, nesse sentido, uma ferramenta capaz de oportunizar o desenvolvimento de habilidades cognitivas ainda não despertadas, tendo grande apelo auditivo e visual proporcionando o desenvolvimento de aptidões e estimulação da criatividade, coordenação motora, raciocínio lógico, além da exploração dos sentidos de forma divertida e interativa, diante dos alunos com deficiência física e mental.

## DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES EM 2008

O trabalho desenvolvido ao longo de 2008 visou desenvolver os objetivos e temáticas do projeto, oferecendo recursos e subsídios para o desenvolvimento motor e cognitivo e afetivo das pessoas com deficiência, buscando melhoras no seu dia-a-dia na escola, no trabalho, e em geral, na vida em sociedade. Sendo assim, foram propostas atividades direcionadas exclusivamente a cada tipo de necessidade, de acordo com seus desejos, preferências, limitações, sempre procurando oferecer oportunidade de crescimento e conhecimento.

Neste sentido, nossa proposta pedagógica norteia-se pela base nacional comum (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN) e referenda a educação não-disciplinar (GALLO, 1999), cujo ensino se caracteriza por:

- ★ formação de redes de conhecimento e de significações em contraposição a currículos apenas conteudistas, a verdades prontas e acabadas, listadas em programas escolares seriados;
- ★ integração de saberes decorrente da transversalidade curricular e que se contrapõe ao consumo passivo de informações e de conhecimentos sem sentido;
- ★ descoberta, inventividade e autonomia do sujeito na conquista do conhecimento;
- ★ ambientes polissêmicos, favorecidos por temas de estudo que partem da realidade, da identidade social e cultural dos alunos, contra toda a ênfase no primado do enunciado desvinculado da prática social e contra a ênfase no conhecimento pelo conhecimento.

Dentro desta proposta utilizamos o computador, suas opções de acessibilidade, e Objetos de Aprendizagem, softwares educativos, internet (jogos virtuais, sites de relacionamento, e-mails, pesquisas, etc). Além disso, usamos também adaptações físicas, tais como, plataforma, colméia e ponteira, como ilustra a figura 1.

### FOTO 1: USO DE COLMÉIA E PLATAFORMA.



Fonte: Grupo de Pesquisa Ambientes Potencializadores para Inclusão (API) - Unesp/Presidente Prudente. (Comitê de Ética nº 106/2009).

Diante das mais diversificadas formas de adaptações pedagógicas, tecnológicas e físicas, os alunos participam de uma sistemática de trabalho cujos objetivos são:

5. Diagnosticar e escolher temas e centros de interesse;
6. Desenvolver atividades com ou sem uso do computador visando (estabelecimento de rotina, pesquisas, comunicação por e-mail e sites de relacionamento, desenvolvimento psico-motor, etapas de alfabetização, leitura, escrita, trabalho com auto-imagem, entre outras – figuras 2, 3 e 4);
7. Registrar, analisar e avaliar o trabalho realizado.

### FOTO 2: ATIVIDADE PARA DESENVOLVIMENTO MOTOR.



Fonte: Grupo de Pesquisa Ambientes Potencializadores para Inclusão (API) - Unesp/Presidente Prudente. (Comitê de Ética nº 106/2009).

**FOTO 3: ATIVIDADE DE PESQUISA E  
ABERTURA DE CONTA DE E-MAIL.**



Fonte: Grupo de Pesquisa Ambientes Potencializadores para Inclusão (API) - Unesp/Presidente Prudente. (Comitê de Ética nº 106/2009).

**FOTO 4: TOMANDO LANCHE PARA  
ESTABELECIMENTO DE ROTINA.**



Fonte: Grupo de Pesquisa Ambientes Potencializadores para Inclusão (API) - Unesp/Presidente Prudente. (Comitê de Ética nº 106/2009).

De acordo com cada tipo de atividade desenvolvida, conforme ilustram as figuras e a sistemática apresentada, as limitações impostas pela deficiência não são barreiras para essa construção, pois o tempo de aprendizagem de cada aluno é respeitado, e acreditamos na sua potencialidade, na capacidade humana de superar desafios.

Para alcançar os objetivos delineados na sistemática adotada realizamos:

- ✱ Entrevistas semi-estruturadas<sup>4</sup> e diálogos eventuais com os pais, para a confirmação do diagnóstico realizado sobre o nível de aprendizagem dos alunos, bem como, seus gostos e desejos, visando completar a verificação dos resultados, para uma análise do crescimento da parte afetiva e social dos alunos; 4. Roteiro pré-definido com perguntas relacionadas ao tema abordado.
- ✱ Estudos de caso<sup>5</sup> de cada aluno para verificar seu nível de aprendizagem, patologias e universo afetivo e social; 5. Um Estudo de Caso é um tipo de pesquisa empírica onde o pesquisador investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto real.
- ✱ Encontros quinzenais com intuito de elaborar e desenvolver atividades para revisão de toda a prática de ensino, considerando o computador como ferramenta potencializadora de habilidades;
- ✱ Análise de softwares e Objetos de Aprendizagem para verificação de quais podem proporcionar a comunicação, a produção e o aprimoramento do nível de aprendizagem e que se agreguem no desenvolvimento das atividades de acordo com o momento e andamento dos encontros. Os softwares mais analisados e utilizados foram: *Word*, *Power Point*, *Paint*<sup>6</sup>, Jogo das Mimocas, Objetos de Aprendizagem: Fazendinha RIVED, Alfabetização, entre outros, e a rede Internet. Outros instrumentos foram utilizados, como recursos audiovisuais (TV, DVDs musicais e interativos) e materiais pedagógicos variados (blocos lógicos, alfabeto móvel, etc), de acordo com o interesse e necessidade dos alunos; 6. Microsoft® Word 2000 Copyright© 1983-1999, Microsoft® Paint Versão 5.0 Copyright© 1981-1999, Microsoft® Power Point 2000 Copyright© 1987-1999 Microsoft Corporation. Todos os direitos reservados.
- ✱ Análise do processo de desenvolvimento das atividades por meio do registro coletado a partir da plataforma TelEduc, onde os dados coletados são armazenados. Para análise e acompanhamento de cada atividade realizada possuímos o registro compartilhado tanto dos alunos quanto dos estagiários, visando trocar materiais, idéias e saberes.

- ★ Reuniões do grupo de pesquisa, que visa oferecer oficinas sobre temas da área de atuação do API, promovendo troca de experiências e construção de conhecimentos específicos.

Dessa maneira, cada estagiário pode refletir e discutir as práticas vivenciadas junto aos seus alunos, uma vez que cada um acompanha em média 3 a 5 alunos individualmente, uma vez por semana.

A importância social e acadêmica do projeto é abrangente e reflete diretamente na comunidade, onde nossos alunos estabelecem suas relações, sendo na família, na escola ou no trabalho. Diante da família podemos citar maior interação e comunicação entre os membros; na escola, maior facilidade de interação com os colegas e compreensão de conteúdos; no trabalho, facilidade de manuseio do computador e da internet. Entre várias outras possibilidades.

Diante da diversidade de atividades realizadas com um total de 20 (vinte) alunos, destacaremos apenas algumas, peculiares, salientando que serão mencionados a partir de letras do alfabeto, de acordo com o estabelecido pelo comitê de ética.

Destacamos primeiramente a realização do trabalho com D., um aluno que tem a Síndrome de Down e com 23 (vinte e três) anos completados neste ano, tendo concluído o 3º (terceiro) ano do Ensino Médio em uma escola pública e estando inserido profissionalmente em um projeto denominado “Asteca”, dentro da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAÉ) de Presidente Prudente.

Lá ele desempenha certas funções da secretaria tais como: tirar xérox, anotar recados, etc. Sua maior satisfação é ver o resultado do seu trabalho pelo retorno financeiro. De acordo com o principal objetivo do projeto, buscamos proporcionar a esse aluno sua autonomia e independência diante do computador e, conseqüentemente, diante de sua vida em geral, oportunizando sua inclusão digital e social.

Assim, no grupo API o aluno aprendeu a utilizar as ferramentas do computador e internet, abriu uma conta em um site de relacionamento, *e-mail* e ferramenta de comunicação instantânea, principais meios de comunicação virtual no momento e, a partir daí, desenvolveu suas habilidades rapidamente. Percebemos que, no decorrer das atividades o aluno fez muitos amigos virtuais, com os quais interagia diariamente. Outra característica das atividades desenvolvidas com ele foi a realização de pesquisas, onde efetuou a participação em diversas comunidades virtuais, interagindo com o “mundo” sem que fossem explicitadas suas limitações.

O fato mais marcante nesse aluno é sua vontade de estudar e trabalhar, de fazer novas amizades, namorar, enfim, de viver intensamente todas as possibilidades que a vida pode oferecer e é muito satisfatório para o projeto poder fazer parte da sua realidade e contribuir significativamente para o desenvolvimento de seus conhecimentos, habilidades e atitudes.

Outra experiência destacável, vivenciada durante o ano de 2008 foi com o aluno L., 33 (trinta e três) anos, também com a Síndrome de Down e atraso cognitivo. Sua principal característica é a participação no projeto desde o ano de 2002 onde teve seu processo de alfabetização aprimorado. Assim, procuramos focar os encontros nas suas necessidades específicas.

Sempre que vinha aos acompanhamentos, L. dirige-se até a cantina para comprar refrigerante, levando sua carteira e dinheiro. Observamos, no entanto, que entregava o dinheiro para o caixa, mas não sabia o valor a ser pago, nem o troco, caso houvesse. Diante desta necessidade evidente, propusemos o desenvolvimento de atividades que envolvessem questões financeiras, usando o jogo *Banco Imobiliário Infantil* e outros jogos educativos, cujo resultado permitiu independência e autonomia ao aluno nas questões cotidianas.

Paralelamente a este processo, desenvolvemos a construção da linguagem escrita do aluno, que possuía sérias dificuldades de narrativa. Usando *softwares* educativos e objetos de aprendizagem, que fazem interação do texto com figuras e personagens, e com intervenções do estagiário, percebemos avanços expressivos na sua capacidade de narração, produzindo textos com sentido, com seqüenciação de fatos e com pontuação, algo que o aluno dispensava em suas produções.

Paulo Freire (1996), aponta neste sentido que é necessário o respeito ao conhecimento que o aluno traz, visto ser ele um sujeito social e histórico, e a compreensão de que formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas.

Neste sentido, por meio de intervenções pedagógicas direcionadas particularmente, de acordo com sua patologia e necessidades específicas, proporcionamos aos alunos avanços em relação à aprendizagem, à suas interações sociais, ao seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, motor, entre outros.

A terceira e última experiência a ser relatada ocorreu com J.C. Sempre mantida em casa com os familiares, a aluna de 42 anos, pela primeira vez na vida passou a freqüentar uma instituição com fins educativos. Tendo diagnóstico de Deficiência Física e Mental e timidez acentuada, considerando que nunca havia se comunicado com pessoas fora de seu contexto familiar, foram muitas as dificuldades iniciais que ela teve que enfrentar para se adaptar ao novo ambiente, como um grande esforço para se comunicar oralmente e o em-

baraço para o manuseio dos periféricos do computador (principalmente *mouse* e teclado), devido problemas com sua coordenação motora decorrentes de sua deficiência física.

Passada a fase inicial de adaptação, por iniciativa da aluna e com o auxílio da rede internet, J.C. passou a interagir com familiares distantes, que há muito não tinha notícia, usando seu endereço de e-mail. Surpreendeu-nos, também, sua nova postura diante da vida e da sociedade, sua autonomia para buscar assuntos de seu interesse, como por exemplo, músicas em *sites* repositórios de vídeos e clipes musicais. Ao assistir os vídeos com legendas tal foi seu desenvolvimento na fala que passou a tentar se comunicar oralmente com as pessoas do grupo, mesmo com dificuldade, e acabou sendo encorajada a cantar suas músicas preferidas, que o fez para os outros alunos do grupo de forma desinibida e feliz, “esquecendo” de sua limitação oral.

Diante desse quadro, observamos que a participação no grupo permitiu que a aluna tivesse a oportunidade de se desenvolver de forma cognitiva e motora, bem como de estabelecer relacionamentos afetivos com um grupo diferente da família com a qual conviveu a vida toda, adquirindo maior autonomia nas questões cotidianas.

Neste contexto, outra prioridade do grupo é a relação afetiva estabelecida entre os alunos e os seus respectivos estagiários, permitindo que o desempenho diante das atividades seja bem mais favorável. De acordo com Piaget (1974), a afetividade cumpre o papel de fonte de energia para o funcionamento da inteligência. Para ele, a afetividade não modifica a estrutura no funcionamento da inteligência, porém, pode acelerar ou retardar o desenvolvimento dos indivíduos, podendo até interferir no funcionamento das estruturas da inteligência. Quando uma pessoa está em harmonia com o ambiente expressa por meio de seu corpo, sentimentos de alegria, de autovalorização, de sucesso, de confiança em si mesmo e no mundo e consegue interagir com o outro com a sociedade, com a cultura.

Neste ambiente buscamos promover uma aprendizagem acentrada, pois de acordo com Mantoan (2002) esta pode destacar o lógico, o intuitivo, o sensorial, e também os aspectos social e afetivo dos alunos. Os mecanismos pedagógicos adotados primaram pela experimentação, criação, descoberta e co-autoria do conhecimento.

Assim, criou-se um contexto educacional em que todos os alunos tiveram a possibilidade de aprender, diante da elaboração de estratégias pedagógicas com o uso das tecnologias, aliadas ao trabalho com projetos considerando seu contexto e habilidades e contribuindo para a formação para a cidadania.

Diante da impossibilidade de relatar neste documento toda a riqueza de experiências construídas, mesmo que considerando apenas o ano de 2008, seguem as considerações do projeto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma particular, pode-se citar o progresso que os alunos tiveram referente à sua determinada patologia.

Para os alunos com deficiência física, o computador tornou-se a melhor forma de comunicação. Decorrente de suas características físicas que na maioria dos casos de nossos alunos compromete também a fala, a comunicação verbal é dificultada. Embora não possuam qualquer dificuldade mental, por não conseguirem se comunicar ou escrever com lápis e papel (pelo comprometimento motor e devido à deficiência física gerada) acabam ficando atrasados em aspectos da aprendizagem escolar, tendo em vista habilidades de escrita no caderno comum. Assim, o computador torna-se um poderoso recurso de aprendizagem, uma vez que algumas pessoas com deficiência física utilizam seus recursos para escrever.

Em relação aos alunos com Deficiência Mental e Síndrome de Down, pode-se concluir que o fato de trabalhar com projetos cujos temas são significativos e contextualizados permitiu uma constância no trabalho, sem as costumeiras dificuldades de falta de interesse que caracterizam o trabalho com esse tipo de pessoa dentro de um ambiente tradicional. Nossos alunos tiveram significativos progressos na leitura, escrita, e produção de textos. Percebemos, também, o advento de uma certa autonomia deles em relação ao uso do computador, o que nos permite afirmar que houve avanços em sua inclusão digital, alfabetização, letramento e desenvolvimento social.

Assim, cabe concluir que todos os alunos conseguiram progressos significativos em pelo menos um dos aspectos de suas necessidades: progrediram na aprendizagem, no uso do computador (inclusão digital) e para muitos, mais do que isso, o trabalho desenvolvido contribuiu para a vida deles no aspecto de socialização e afetividade, como pôde ser visto anteriormente nas três experiências supracitadas.

Na perspectiva de Mantoan (2002), a consciência cada vez mais aberta às diferenças entre as pessoas, aos contextos em que se inserem, seus valores e especificidades têm mudado o modo de conviver e de compartilhar o mundo com o outro.

O acesso às tecnologias que a humanidade produz depende da transformação de nossos espaços e de nossas concepções o que, para tanto, reflete no modelo de formação de professores e no paradigma educacional emergente. Desta forma pode-se atingir a concretização dos ideais inclusivos, desde que enfrentados seus desafios.

Em iniciativas como esta, já se impõe, mesmo timidamente, uma tendência de re-orientação das escolas, segundo uma lógica educacional regida por princípios sociais, demo-

cráticos, de justiça, de igualdade, contrapondo-se à que é sustentada por valores econômicos e empresariais de produtividade, competitividade, eficiência, modelos ideais, que tantas exclusões têm provocado na educação, em todos os seus níveis (MANTOAN, 2002).

Não há como duvidar dos benefícios que o uso do computador pode trazer ao sistema educacional, como forma de inclusão digital e escolar. Assim, a partir destas experiências foi possível observar que o computador pode ser uma importante ferramenta pedagógica, capaz de favorecer o processo de ensino-aprendizagem e socialização, onde sejam desenvolvidas as aptidões e habilidades dos alunos, como a estimulação da criatividade, coordenação motora, raciocínio lógico, além da exploração dos sentidos de forma divertida, interativa e motivadora.

Tendo como principal foco a alfabetização das pessoas com deficiência, além de sua inclusão digital, social e escolar, percebemos que este processo nos permitiu desenvolver as habilidades necessárias, usando softwares adequados e os objetos de aprendizagem, valiosos instrumentos para auxiliar as pessoas com deficiência no seu processo de compreensão da linguagem escrita, em uma perspectiva diferente daquela comumente realizada pelo ensino das instituições escolares.

Neste contexto, para que haja a inclusão desses alunos na sociedade, na escola e no meio digital, procuramos estudar suas limitações, para entender como se dá o processo de ensino-aprendizagem, e assim, buscar a melhor maneira de envolvê-los nas atividades, de forma prazerosa facilitando sua aprendizagem e o seu desenvolvimento, respeitando suas vontades e limitações.

Diante de toda a experiência relatada, os objetivos do projeto foram e continuarão sendo alcançados, assim considerando os resultados obtidos até o momento e o andamento das atividades, sendo por mais um ano apoiado pelo Núcleo de Ensino. Assim, todos são beneficiados: alunos, estagiários, docentes, familiares e comunidade acadêmica e científica. Seus ideais igualitários apontam para o compromisso com a cidadania, em que todo e qualquer indivíduo tem o direito ao conhecimento e aos recursos produzidos e disponibilizados em nossa sociedade, refletindo a crença na potencialidade do ser humano.

## REFERÊNCIAS



- ALMEIDA, M.E. **Educação, Projetos, Tecnologia e Conhecimento**. São Paulo: Proem, 2001.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_29.03.2012/CON1988.shtm](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.shtm). Acesso em: 16 jul. 2012.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MANTOAN, M.T.E. **Ensinando a turma toda** – as diferenças na escola. Pátio – revista pedagógica – ARTMED/ Porto Alegre,RS, Ano V, nº 20, Fev/Abr/2002.
- OMOTE, S. **Inclusão**: intenção e realidade. Marília, Fundepe, 2004.
- PIAGET, J. **Aprendizagem e Conhecimento**. Trad. Equipe Livraria Freitas Barros. Rio de Janeiro: Freitas Barros, 1974.
- SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA Editora, 1999.
- SCHLÜNZEN, E. T. M. **Mudanças nas práticas pedagógicas do professor**: criando um ambiente construcionista contextualizado e significativo para crianças com necessidades especiais físicas. 2000. 240f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.
- VALENTE, J. A. **O Uso Inteligente do Computador na Educação**. Campinas, NIED, UNICAMP, 1999.

## AGENDA DA QUINTA SEMANA – PARTE V DE 05/11/2012 A 11/11/2012



*Adaptar o ensino para alguns estudantes de uma turma não conduz à transformação pedagógica das escolas, exigida pela inclusão. Essa transformação implica em uma mudança de paradigma educacional, que gera uma reorganização das práticas escolares: planejamentos, formação de turmas, currículo, avaliação, gestão do processo educativo (MANTOAN, 2007).*

Caros alunos!

Iniciamos, hoje, a **quinta e última parte** do Eixo Articulador – “Educação Inclusiva e Especial”.

Nossa proposta visa criar um espaço de análise sobre elaboração e aplicação dos planejamentos de ensino realizados ao longo do Eixo, considerando, principalmente, os aspectos inerentes à sua própria atuação profissional.

Nesse sentido, vale ressaltar que os procedimentos metodológicos utilizados tiveram como ponto de partida e de chegada os fundamentos da Abordagem Construcionista, Contextualizada e Significativa, a qual permitiu que todos refletissem sobre as resistências da escola às mudanças exigidas pela abertura incondicional à diversidade e às diferenças. Já podemos compreender que as situações que promovem esse desafio tendem a mobilizar professores e gestores para que revejam, e recriem suas práticas a partir de novas possibilidades educativas. Por isso abordamos as políticas educacionais, apresentamos experiências diversas e focalizamos o planejamento de ensino como elemento fundamental no exercício docente para uma prática comprometida com a construção de uma escola inclusiva.

Esperamos que esse Eixo Articulador “Educação Inclusiva e Especial” tenha proporcionado bons momentos de reflexão sobre sua prática na sala de aula e na escola. Também pretendemos que vocês tenham observado de forma crítica o trabalho coletivo de sua instituição, no que concerne à construção de formas de ação e manejo de práticas inclusivas que viabilizem o acesso e a permanência de todos os estudantes.

Adicionalmente, esperamos ter esclarecido sobre a articulação com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), cuja finalidade é a de auxiliar o professor da classe comum e a escola na construção, e efetivação da inclusão. Dessa forma, almejamos que as escolas desenvolvam estratégias que lhes permitam ofertar uma organização pedagógica inclusiva.

Nesse sentido, esta quinta parte do Eixo se desenvolverá no período de 05 a 11 de novembro de 2012. Entretanto, oferecemos a possibilidade de entrega das atividades, sem desconto de nota, até o dia 18 de novembro de 2012, às 23h55. Mas, atenção! Semana que vem (12/11 a 18/11/2012) teremos outras atividades programadas. Então, não deixem as tarefas se acumularem. Atividades entregues, após esse prazo, não serão avaliadas. Por isto, aconselhamos que não deixem para postá-las de última hora.

Reiteramos a importância do empenho na realização das atividades desse Eixo, visto que sua média final valerá 50% da média final da disciplina D24 – LIBRAS.

Vejam a seguir as atividades programadas para a semana:

#### 9ª Aula Presencial – 05/11/2012 – 2ª feira



**Atividade 34** – Elaboração de um Pôster com resultados sobre a aplicação dos Planos de Ensino Inclusivo, elaborados ao longo do Eixo.

#### 9º Período Virtual – 06 e 07/11/2012 – 3ª e 4ª feira



**Atividade 35** – Finalizar a elaboração do Pôster.

**Atividade 36** – Leitura e discussão do texto 07 – “Ambientes potencializadores para inclusão e núcleo de ensino”, da autora do eixo Elisa Tomoe Moriya Schlünzen.

#### 10ª Aula Presencial – 08/11/2012 – 5ª feira



**Atividade 37** – Apresentação dos Pôsteres.

**Atividade 38** – Assistir à entrevista de encerramento do Eixo, com a Professora Dra. Elisa Tomoe Moriya Schlünzen e finalizar as discussões.

#### 10º Período Virtual – 09, 10 e 11/11/2012 – 6ª feira, sábado e domingo



**Atividade 39** – Aprimoramento final de seu Plano de Ensino Inclusivo.

Qualquer problema, por favor, entrem em contato com seu Orientador de Disciplina.

Reservamos a semana que vem, de 12 a 18 de novembro de 2012, para as orientações de Estágio e para o desenvolvimento do TCC. Aproveitem esse período, para adiantar esses trabalhos.

Dia 19 de novembro de 2012, iniciaremos a *D24 – Conteúdos e Didática de Libras*. Fiquem atentos! Façam seus acessos, por meio do Portal Acadêmico (<http://www.edutec.unesp.br>).

Boa semana!

Atividade Avaliativa



## 5ª SEMANA DE ATIVIDADES:

9ª Aula Presencial – 05/11/2012



### Atividade 34 – Elaboração de um Pôster com resultados sobre a aplicação dos Planos de Ensino Inclusivo, elaborados ao longo do Eixo.

Reúnam-se com seus colegas de grupo e compartilhem os resultados da aplicação prática de seu Plano de Ensino Inclusivo em sua sala de aula ou escola. Destaquem e registrem os resultados positivos do trabalho, explicitando as ações e estratégias que ajudaram a potencializar as aprendizagens dos estudantes. Indiquem, também, os desafios que enfrentaram nesse processo, as dificuldades encontradas na operacionalização da proposta e as angústias. Em seguida, elejam, entre os Planos desenvolvidos no grupo, aquele que melhor representar os pontos destacados.

A partir da discussão coletiva, vocês deverão organizar um pôster com dados levantados pelo grupo na discussão e o resultado visualizado na aplicação de um dos planos, para ser apresentado na próxima aula presencial. Na hora da aplicação, se tiraram alguma foto, poderão ilustrar também no pôster.

O pôster deve conter dados como:

- \* introdução – indicando as ideias do grupo e a partir delas a seleção de uma experiência específica que contempla os principais aspectos discutidos;
- \* instituição onde o Plano de Ensino Inclusivo foi desenvolvido, série/ano, número de estudante(s) com algum tipo de deficiência (auditiva – DA, intelectual – DI, física – DF e/ou visual - DV), TGD ou AH/S, especificando-a;
- \* características da professora (experiente, iniciante, possui a formação para o AEE, atua na SRM ou SAPI etc.);
- \* componente curricular trabalhado;
- \* objetivos do plano aplicado;
- \* estratégias pedagógicas e recursos usados em seu desenvolvimento;
- \* atividades desenvolvidas e resultados (os aspectos positivos, as facilidades no desenvolvimento do trabalho e as dificuldades/limitações).

Acessem o [Material de Apoio – Atividade 34](#), e observem um modelo de Pôster.

Publiquem o trabalho, mesmo que não esteja finalizado no **Portfólio de Grupo**, com o título **Eixo\_Atividade34**, e deixem **Compartilhado com Formadores**.

9º Período Virtual – 06 e 07/11/2012



### Atividade 35 – Finalizar a elaboração do Pôster.

Ainda trabalhando em grupo, aproveitem o período virtual para finalizar a elaboração do Pôster.

Publiquem o Pôster finalizado no **Portfólio de Grupo**, com o título **Eixo\_Atividade35** e o **Compartilhem**, apenas, **com Formadores**.

Na próxima aula presencial, dia 08 de novembro de 2012, vocês deverão apresentar o pôster no formato digital elaborado pelo grupo. Após a apresentação, façam uma avaliação sobre a experiência de aplicação do plano de ensino inclusivo, visando ter um momento de troca e reflexão.

### Atividade 36 – Leitura do texto 07 – “Ambientes Potencializadores para Inclusão e Núcleo de Ensino”

Leia o texto 07 – “*Ambientes Potencializadores para Inclusão e Núcleo de Ensino*”, da autora do eixo e pesquisadoras do seu grupo de pesquisa. O texto apresenta a proposta de intervenções práticas e pedagógicas de formação inicial e em serviço de professores em ambientes educacionais, pensando nas transformações dos espaços escolares, dos ambientes de aprendizagem, do professor e de sua concepção sobre seus estudantes, como possibilidades de transformar a escola em um local que pode favorecer a inclusão. Após a leitura, reflita sobre: os elementos teóricos e práticos apresentados ao longo do Eixo Articulador; as sugestões para a sua prática pedagógica, incluídas em cada uma das atividades realizadas; e elabore um MEMORIAL, contendo as reflexões sobre o seu papel no desenvolvimento do plano de ensino inclusivo, como possibilidade de contribuição para a construção de uma cultura mais democrática no espaço escolar.

Para ajudá-los em suas reflexões e na elaboração do Memorial, disponibilizamos algumas questões norteadoras no arquivo da **Atividade 36** no **Material de Apoio**.

Finalizado o trabalho, publiquem o Memorial, no **Portfólio Individual**, com o título **Eixo\_Atividade36** e deixem **Compartilhado com Formadores**.



### Atividade 37 – Apresentação dos Pôsteres.

Cada grupo deverá apresentar seu Pôster para a classe, por meio de recurso multimídia e com tempo de duração entre 10 e 15 minutos. Procurem destacar, na apresentação, os pontos mais relevantes sobre o contexto em que o plano foi desenvolvido/aplicado, detalhando as atividades e os resultados alcançados.

Se for necessário, façam uma pausa nas apresentações/discussões, às 21h, para assistir à entrevista de encerramento do Eixo. Em seguida, retomem as apresentações e discussões.

### Atividade 38 - Assistir à entrevista de encerramento do Eixo Articulador.

Assistam às 21h, em sua TV Digital, a entrevista de encerramento do *Eixo Articulador – Educação Inclusiva e Especial*, com a Profª Dra. Elisa Tomoe Moriya Schlünzen, veiculada pela UNIVESP TV.

Se quiserem enviar questões, peçam ao Orientador de Disciplina que as direcione.

Em seguida, retomem as discussões iniciadas para a apresentação dos Pôsteres.



### Atividade 39 – Aprimoramento final de seu Plano de Ensino Inclusivo.

Agora que vocês já refletiram sobre seus Planos de Ensino Inclusivo sob várias perspectivas, quais seriam os aprimoramentos que fariam se fossem reaplicá-lo?

Para tanto, lembrem-se de que nunca é demais considerar que aprender é uma ação humana criativa, individual heterogênea e regulada pelo sujeito. Por isso é tão importante considerar as diferentes ideias, opiniões e níveis de compreensão que servem de base para que sejam adaptados os conteúdos e as possibilidades de ação.

Publiquem a nova versão no *Portfólio Individual*, com o título *Eixo\_Atividade39*.

Atividade avaliativa – Associar à avaliação –  
Compartilhar com formadores –

Valor da nota: 10,00 Peso: 3

Tipo da atividade: Individual.

Objetivos:

- refletir sobre o planejamento elaborado e os aspectos coletivos estruturados durante a sua aplicação e análise junto à turma.

Critérios de avaliação:

- possibilidades de análise/intervenção no planejamento elaborado;
- revisão do plano inicial a partir de uma perspectiva de reflexão sobre a prática;
- cumprimento da proposta;
- produção textual (Vide Manual do Aluno);
- entrega no prazo estabelecido.

Prazo de entrega:

- Período de desenvolvimento das atividades – de 05 a 11/11/2012.
- Término da entrega – 18/11/2012.

**Atenção:** Fique atento ao período de entrega das atividades, pois não está previsto um período de recuperação de prazo para as atividades propostas na semana.



# CONTEÚDOS E DIDÁTICA DE LIBRAS

*Professora autora:*

ELISA TOMOE MORIYA SCHLÜNZEN

Departamento de Matemática, Estatística e Computação,  
Faculdade de Ciência e Tecnologia Unesp -  
Presidente Prudente

*Professoras assistentes:*

RENATA RINALDI

Faculdade de Ciência e Tecnologia,  
Departamento de Educação Unesp –  
Presidente Prudente

RAQUEL GOMES DE OLIVEIRA

Faculdade de Ciência e Tecnologia,  
Departamento de Educação Unesp –  
Presidente Prudente

*Professora colaboradora:*

DANIELLE SANTOS

Faculdade de Ciência e Tecnologia  
Unesp – Presidente Prudente

*Intérprete de Libras:*

LAÍS DOS SANTOS DI BENEDETTO

Bloco 2

Disciplina 24

Didática dos Conteúdos

Conteúdos e Didática de Libras

## LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

Com a perspectiva de Inclusão Escolar aos Estudantes Público-Alvo da Educação Especial (EPAEE), a escola passou a ter, também no estudante surdo, a responsabilidade de criar estratégias frente ao desafio de abraçar a inclusão, favorecendo a aprendizagem e a convivência desses estudantes sem restrições e incondicionalmente.

A diferença entre o estudante surdo e os demais é que o primeiro estabelece, e utiliza uma diferente linguagem de comunicação, uma vez que não pode ouvir sons emitidos por meio da fala. Assim, no Brasil, utiliza-se para esse estudante a Língua Brasileira de Sinais (Libras), cujos sinais emitidos a partir das mãos com expressões faciais, simbolizam as palavras faladas. Na verdade, a Libras traduz o português falado para que a pessoa surda possa se comunicar.

Por isso é tão importante que a escola programe ações de ensino que tenham sentido para esses estudantes, considerando a sua primeira língua, ou seja, a sua língua materna (a Libras) para a formalização de conceitos científicos em todas as áreas do conhecimento, estimulando a comunicação e desafiando o pensamento desse estudante, explorando as suas capacidades em todos os sentidos.

Ao longo da disciplina, você terá a oportunidade de conhecer a história das pessoas surdas, desde a sua exclusão da sociedade até a criação de métodos específicos de comunicação, chegando à perspectiva inclusiva e ao desenvolvimento da Libras. Além disso, será desafiado a situações-problemas que remetam a momentos de comunicação com essas pessoas, desde o estabelecimento de expressões faciais, alfabeto manual, até a construção de frases em Libras.

Para tanto, detalhamos os objetivos, a ementa, o conteúdo programático e a metodologia da disciplina:

### OBJETIVOS

1. Estudar a Libras (Língua Brasileira de Sinais) e suas características básicas.
2. Analisar a importância da Inclusão de pessoas surdas na sala comum.

3. Estudar Leis e Decretos que dispõem sobre a Libras como disciplina curricular obrigatória em todos os cursos de licenciatura, em nível médio e superior, visando à formação de professores para o exercício do magistério.
4. Analisar o contexto de inclusão de pessoas com surdez, visando a construir propostas práticas.

## EMENTA

Análise e conhecimento da Libras. Características da aprendizagem de Pessoas Surdas. Compreensão das mudanças necessárias no ambiente educacional para favorecer a Inclusão da Pessoa Surda. Prática de Libras Básica e desenvolvimento da expressão visual-espacial.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

5. Histórico e conceituação da pessoa surda.
6. Conhecimento sobre a legislação que assegura a educação da Pessoa Surda.
7. Características do desenvolvimento da Pessoa Surda.
8. O papel da Libras na formação da identidade do surdo na sociedade inclusiva.
9. Introdução à estrutura linguística da Libras.
10. Compreensão sobre o Oralismo, Bilinguismo e Comunicação Total.
11. Prática de Libras (Alfabeto manual ou dactilológico, Sinal, Números, Datas, Dias da Semana, Pessoas, Cores, Matérias Escolares, Natureza, Adjetivos, Alimentação, Família, entre outros).

## MÉTODOS DE ENSINO

A disciplina buscará integrar teoria e prática, a partir de leituras, análises e discussão de textos teóricos; realização de pesquisas junto às instituições de ensino para que os estudantes tenham contato com a realidade e possam preparar-se para o trabalho pedagógico; e prática da Libras.

## LEMBRETE

A média final desta disciplina D24 deverá ser composta pelas atividades avaliativas do Eixo Articulador: Educação Especial e Inclusiva, sendo que ambas representarão 50% do somatório.

# VISÃO GERAL DA DISCIPLINA

Assim, as atividades avaliativas devem ser feitas com empenho e dentro dos prazos estabelecidos e, na terceira semana, haverá uma prova escrita.

Enfim, esperamos que, ao final da disciplina, você tenha elementos iniciais para comunicação mínima e, conseqüentemente, consiga desenvolver um trabalho pedagógico com os estudantes com surdez, pensando em um ambiente bilíngue, ou seja, em um espaço que utilize a Libras e a Língua Portuguesa. Objetivamos, ainda, que você saiba como buscar auxílio do Atendimento Educacional Especializado, caso surjam dúvidas no dia a dia.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA DA DISCIPLINA

- \* BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 03 out. 2012.
- \* BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 03 out. 2012.

*Agradeço a importante participação  
da Lais, Ronice e Danielle  
na produção deste material.*



- \* DAMÁSIO, Mirlene Ferreira Macedo. Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez. In: **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.
- \* MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. **Língua Brasileira de Sinais**. Brasília: MEC/SEESP, 1998.
- \* QUADROS, Ronice Muller de. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- \* QUADROS, Ronice Müller de. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- \* SASSAKI, R. K. **Inclusão – construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- \* SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moriya. **Mudanças nas práticas pedagógicas do professor: criando um ambiente construcionista contextualizado e significativo para crianças com necessidades especiais físicas**. 2000. 240f. Tese (Doutorado em Educação e Currículo), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.



# O QUE É LIBRAS?

## Elisa Tomoe Moriya Schlünzen

Licenciada em Matemática, Doutora em Educação, Coordenadora da Rede São Paulo de Formação Docente (Redefor),  
Docente do Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Unesp/Presidente Prudente

## Laís dos Santos Di Benedetto

Graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda, Especialista em Língua Brasileira de  
Sinais – Libras, Pós-Graduada em Libras, Colaboradora no curso de Libras à Distância - Unesp

## Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos

Licenciada em Pedagogia, Mestrado em Educação (Tecnologias da Informação e Comunicação e Educação),  
Doutoranda em Educação, Professora Universitária, Colaboradora no curso de Libras à Distância - Unesp

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi estabelecida, na Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2012a), como língua oficial das pessoas surdas. De acordo com o próprio termo, a Libras é utilizada somente no Brasil, assim como a Língua Portuguesa:

**Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.**

Pelo exposto em Lei, devemos pensar na Libras como um **idioma de mesmo estatuto que** o inglês, francês ou qualquer outro, sendo, assim, utilizada e reconhecida em seu país de origem.

Além disso, a Libras é uma língua de sinais e cada país possui uma linguagem para as pessoas surdas, como por exemplo: a “American Sign Language” (língua de sinais norte-americana); a “British Sign Language” (utilizada na Inglaterra); a “Lengua Española de Signos” (utilizada na Espanha); e a “Langue des Signes Française” (LSF) (utilizada na França). De acordo com Honora, 2009, p. 41:

**As línguas de sinais são naturais, pois surgiram do convívio entre as pessoas surdas. Elas podem ser comparadas à complexidade e à expressividade das línguas orais, pois pode ser passado qualquer conceito, concreto ou abstrato, emocional ou irracional [...]. Trata-se de línguas organizadas e**

não de simples junção de gestões. Por este motivo, por terem regras e serem totalmente estruturadas, são chamadas de LÍNGUAS. [...]. As línguas não são universais. Cada uma tem sua própria estrutura gramatical, sendo assim, como não temos uma única língua oral, também não temos apenas uma língua de sinais.

Em todas as línguas de sinais, inclusive na Libras, cada palavra é representada por um sinal, por isso é incorreto caracterizar os sinais da Libras como simples gestos ou mímicas, uma vez que se diferem por regras gramaticais específicas. As línguas de sinais são chamadas de gestual-visual porque o responsável para emitir a comunicação são as mãos por meio dos sinais, e o receptor são os olhos. Essas línguas diferem das oral-auditivas (como os ouvintes utilizam) em que o emissor é a voz e o receptor, os ouvidos.

A Libras é direcionada para pessoas surdas, surdo-cegas e até mesmo para pessoas surdas que não possuem braços. As pessoas surdas ‘escutam’ com os olhos, através dos sinais direcionados a elas. Já as pessoas surdo-cegas usam o toque para ‘ouvir’, elas seguram as mãos do emissor (pessoa que faz os sinais) para entender o que está sendo dito. As pessoas surdas que não possuem braços/mãos fazem sinais com os pés, porém os sinais são adaptados para esse tipo de comunicação.

Além das pessoas surdas, a Libras pode ser aprendida e difundida por intérpretes de Libras, que podem ser pessoas ouvintes especializadas em trabalhar com pessoas surdas, bem como foi citado acima. Apesar de ainda estar em crescimento, a profissão de Intérprete de Libras já foi reconhecida através da Lei nº 12.319/2010. Esta lei regulamenta o exercício da profissão de Intérprete de Libras, exigindo desse profissional a capacidade de realizar a interpretação de duas línguas, a tradução e interpretação da Língua Portuguesa para a Libras e da Libras para a Língua Portuguesa, independentemente da modalidade ser simultânea ou consecutiva (BRASIL, 2012b).

Com relação à gramática da Língua de Sinais, deve-se ressaltar a estrutura frasal particular dessa linguagem. Por exemplo, na Língua Portuguesa (conforme vocês aprenderam em Conteúdos e Didática de Alfabetização), usa-se uma sequência (sujeito → verbo → objeto), assim como na maioria das línguas orais para formar as frases. Porém, na Libras, usa-se (objeto → verbo → sujeito) ou (objeto → sujeito → verbo). Desse modo, a frase em português “Eu vou para casa”, na Libras, ficaria “Casa vou eu”. Essa estrutura diferenciada se baseia no conceito de que para os surdos o ‘objeto’ da frase vem sempre antes do verbo ou sujeito, dando sentido ao que é dito.

Portanto, é de suma importância lembrar que, nos exercícios, os quais realizaremos durante esta disciplina, vocês terão que contextualizar as frases que já conhecem na Língua Portuguesa, pensando em como falariam com seus estudantes surdos na estrutura da Libras.

As dicas mais importantes para se comunicar em Libras são:

- a.** Recorra ao Alfabeto Manual toda vez que estiver falando com uma pessoa surda e não souber uma palavra ou frase. Lembre-se de que, se você for professor da sala comum, poderá recorrer também ao professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para esclarecimentos sobre a linguagem do estudante. Portanto, o Alfabeto Manual poderá ser um grande aliado para estabelecimento de comunicação sempre quando necessário.
- b.** Evite tocar o estudante surdo de forma imprevista, sem que ele visualize você. O toque é um dos sentidos aguçados da pessoa surda e ela pode se assustar. Então, dirija-se a ela vindo pela lateral e acene até que veja você.
- c.** A expressão facial é extremamente importante para dar sentido aos sinais da Libras. Ela, além de fazer parte da formação do sinal, pode esclarecer ainda mais o que você pretende dizer à pessoa surda. Inclusive, se você não empregar expressão facial alguma, ao falar em Libras, estará se equivocando. Utilize sempre expressões como: feliz, bravo, triste e afins.
- d.** Olhe nos olhos da pessoa surda quando estiver falando com ela, pois, se você ficar desviando o olhar para os lados, ela irá olhar também.
- e.** Pessoas ouvintes dão ênfase na frase através do tom de voz. Como a pessoa surda não ouve o tom da voz, a ênfase das frases pode ser dada para ela mediante a repetição de um sinal. Portanto, é normal na comunicação em Libras a repetição de sinais, sendo assim, não tenha medo e faça a mesma coisa quando julgar necessário.
- f.** Assim como na Alfabetização em Língua Portuguesa, neste momento, você está sendo convidado a ser alfabetizado em Libras! Não tenha medo, preste muita atenção nos sinais que serão desenvolvidos ao longo das aulas e exercite bastante com seus colegas e com as pessoas surdas da sua escola, família ou comunidade. Pense nos “signos” da Libras como novos signos alfabéticos, ou seja, como o “a-b-c”, você verá como essa aprendizagem será significativa!
- g.** A imposição das mãos está diretamente ligada às expressões faciais, conforme indicamos no item c. Portanto, ao impor as mãos ao empregar as frases, lembre-se sempre de vincular o que está “dizendo” à sua expressão facial.

Esperamos que tenham compreendido um pouco sobre o que é Libras e como ela poderá ser aplicada em seu contexto de atuação. Bom curso!

## REFERÊNCIAS .....



BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 03 out. 2012a.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 set. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm). Acesso em: 04 out. 2012b.

HONORA, M.; FRIZANCO, E.; LOPES, M. **Livro Ilustrativo da Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA ESTUDADA .....



ARRIENS, Marco Antônio. **Oficina Básica**: Interprete e Comunique-se através da Linguagem Corporal Expressiva. Presidente Prudente: [s.n.], 2012. (Oficinas de Treinamento para Intérpretes das Linguagens de Sinais).

PINHEIRO, M. L. **Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: KnowHow, 2010.

# HISTÓRIA DAS PESSOAS SURDAS: DA EXCLUSÃO À POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA ATUAL

**Elisa Tomoe Moriya Schlünzen**

Licenciada em Matemática, Doutora em Educação, Coordenadora da Rede São Paulo de Formação Docente (Redefor), Docente do Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Unesp/Presidente Prudente

**Laís dos Santos Di Benedetto**

Graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda, Especialista em Língua Brasileira de Sinais – Libras, Pós-Graduada em Libras, Colaboradora no curso de Libras à Distância - Unesp

**Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos**

Licenciada em Pedagogia, Mestrado em Educação (Tecnologias da Informação e Comunicação e Educação), Doutoranda em Educação, Professora Universitária, Colaboradora no curso de Libras à Distância - Unesp

## 1 NO MUNDO

De acordo com a literatura atual, existem poucos documentos que registram a história das Pessoas Surdas (PS's) na Antiguidade. Dos poucos registros existentes sobre essa fase da história dessas pessoas, podemos observar que existiram muitos obstáculos com relação ao seu reconhecimento enquanto seres humanos.

No século XII (Idade Antiga), as PS's não eram consideradas seres pensantes, uma vez que a capacidade de raciocínio era diretamente ligada à fala. Logo, elas eram consideradas incapazes de pensar, sendo comparadas a seres parecidos com os animais irracionais.

A situação das PS's começou a melhorar a partir do Século XV (aproximadamente no fim da idade média), pois foi nessa época que começaram a surgir pesquisas as quais serão mencionadas a seguir, a respeito da surdez. As famílias nobres que tinham herdeiros surdos tinham interesse em compreendê-los e integrá-los na sociedade com a finalidade de não perder as riquezas familiares. Além disso, havia o interesse da Igreja em praticar a 'caridade', promovendo a comunicação das PS's com Deus e o ensino dos sacramentos para que não

perdessem a sua alma.

Já no século XVI, estudiosos diversos, como Cardano (1501-1576) que tinha interesse em ajudar seu filho surdo, desenvolveram pesquisas e descobriram que a escrita representava ideias e pensamentos, e não somente ideias faladas.

Além de Cardano, Ponce de Leon (1510-1584), monge Beneditino, usava sinais para se comunicar por conta de um voto de silêncio que havia feito na Espanha, em sua terra natal.

A língua de sinais foi originada a partir dessa comunicação proposta por Ponce de Leon junto a duas PS's de uma mesma família que passaram a viver no seu mosteiro. Leon dominava muitas ciências e seu trabalho foi reconhecido por toda a Europa, a ele conferiu-se o crédito da descoberta de que a PS era capaz de realizar atividades diversas, como qualquer ser humano, inclusive, a de raciocinar.

Após a descoberta de que a escrita não estava relacionada à audição de palavras, o padre Espanhol Juan Pablo Bonet (1579-1633) criou o alfabeto manual (ilustrado na Figura I). Este sugeria que cada palavra fosse trocada por um símbolo visual:

### IMAGEM I – ALFABETO DE JUAN PABLO BONET



Fonte: Reducción de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos (Bonet, 1620).  
Disponível em: [http://saber.sapo.cv/wiki/Juan\\_Pablo\\_Bonet](http://saber.sapo.cv/wiki/Juan_Pablo_Bonet). Acesso em: 04 out. 2012. (GNU Free Documentation License).

Além de Bonet, existiram outros pesquisadores, como Jacob Rodrigues Pereira (1715-1780) e Johann Conrad Amman (1669-1724), que eram interessados na educação das PS's, mas o ápice desse interesse ocorreu no século XVI, em que se descobriu que as famílias nobres pagavam fortunas para que educassem seus herdeiros com este tipo de deficiência.

Thomas Braidwood (1715-1806) foi o educador que criou um método, por meio do qual se deveria usar o alfabeto manual com as duas mãos. Este é, atualmente, usado em seu país. Os seus estudantes aprendiam palavras escritas, seu significado, sua pronúncia e a leitura orofacial. Braidwood fundou a primeira escola para as PS's na Grã-Bretanha, que mais tarde foi transferida para a Inglaterra. Um dos estudantes dessa escola, Kinniburg, multiplicava seu método.

Thomas Gallaudet (1787-1789) foi outro educador que, mais tarde, fundaria a primeira faculdade para as PS's, chamada atualmente de Universidade Gallaudet, localizada em Washington, nos Estados Unidos. O estudioso procurou Kinniburg para levar o método para os Estados Unidos, porém este não o aceitou. A Universidade Gallaudet foi fundada em 1864, em Washington. Gallaudet usou o método de L'EPée. Após anos de trabalho, ele viajou o mundo para verificar se o método, utilizado em sua instituição, estava adequado. Gallaudet voltou desta viagem apoiando o chamado método do oralismo e, nas próximas décadas, seria este o mais utilizado por todas as instituições de ensino para as pessoas surdas.

Houve também um professor considerado o “Pai dos Surdos”, chamado Charles-Michel de L'Epée (1712-1789), o qual defendeu o uso da língua de sinais em detrimento do oralismo, método que obrigava as PS's a falarem oralmente. L'EPée fazia um trabalho filantrópico e para isso aprendeu a língua de sinais para comunicar-se com as PS's e ensiná-las. Para arrecadar dinheiro para sua instituição, fazia apresentações em praças públicas. Sua obra mais importante foi publicada em 1776, com o título “A Verdadeira Maneira de Instruir os Surdos-Mudos”, esta obra continha regras sintáticas e também o alfabeto manual inventado pelo Pablo Bonnet. Tardiamente, essa obra seria concluída com a teoria de abade Roch-Ambroise Sicard (1742-1822).

A partir desses estudos, foi constatado que, ao longo dos séculos, as PS's passaram a ser consideradas iguais aos outros seres humanos, obtendo os mesmos direitos.

Apesar da evolução dada na Idade Moderna, a educação das PS's passou por sérias barreiras na Europa, onde vários pesquisadores, como Jean-Marc Itard (1775-1838), passaram a questionar a origem da surdez, fazendo experiências que torturavam as PS's, inclusive levando uma delas a óbito. Nos Estados Unidos, o acesso das PS's à educação escolar foi mais difícil, uma vez que a metodologia de comunicação em sinais não chegara até os professores americanos.

Em 1878, em Paris, aconteceu o I Congresso Internacional de Surdos-Mudos, onde se reuniu a maioria das Instituições de Língua de Sinais para discutir qual era o melhor método para se utilizar na educação das PS's. Definiu-se como sendo os mais adequados a leitura labial e os 'gestos'. Porém, em 1880, houve o II Congresso Mundial de Surdos-Mudos em Milão, onde por votação escolheu-se o Oralismo (método de ensino através da fala) como melhor método para uso e ensino dos estudantes surdos. Nesse congresso, somente uma PS's participou e não teve direito de votar.

A partir desse congresso foi proibido o uso de sinais na Europa e, conseqüentemente, em outros países do mundo. As instituições educacionais só se renderam à ideia de que a língua de sinais era o canal mais adequado para a educação das PS's após décadas e décadas de tentativas frustradas de ensiná-las através do Oralismo.

Após anos de proibição dos sinais, as PS's, que não conseguiam desenvolver nem mesmo o mínimo de fala, eram consideradas incapazes. Resultou disto a evasão escolar da maioria delas que optaram por trabalhar em atividades braçais. Somente no século XX, foi utilizado um novo método de ensino, chamado Comunicação Total, que fora criado para educar através dos sinais e, oralmente, ao mesmo tempo. Nesse método o professor ensina falando ao mesmo tempo nas duas modalidades: oral e sinalizada. Atualmente, usa-se o Bilinguismo que é o ensino por meio da língua mãe das PS's – língua de sinais – e, como segunda língua, fica a Portuguesa escrita, no caso do Brasil.

## 2 NO BRASIL

Em 1857, foi fundada a primeira escola para PS no Brasil, o Instituto dos Surdos-Mudos, hoje, Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES). Mas o acesso a essa instituição por muito tempo foi restrito, pois as meninas surdas não podiam frequentar o Instituto por serem consideradas tranquilas e obedientes às famílias. Assim, inicialmente o INES tornou-se uma escola somente para meninos.

Em 1880 o Congresso de Milão marcou a história no sentido de propor uma nova filosofia educacional baseada em mudanças ocorridas na Europa. Em decorrência desse processo, no Brasil, o método combinado, que utilizava os sinais como o treinamento em língua oral, foi substituído pelo método oral puro - o Oralismo.

Os professores já existentes nas instituições foram substituídos, e os estudantes proibidos de usar sinais. A prática de amarrar as mãos das crianças para impedi-las de sinalizarem era comum nessa época. Mesmo assim, a língua de sinais sempre foi a preferida das comunidades surdas, por ser a maneira natural dessas pessoas se comunicarem.

No entanto, a partir de 1871, o INES continuou a funcionar como um centro de integração para o fortalecimento do desenvolvimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras), uma vez que o professor da instituição A. J. Moura e Silva observou que o Oralismo não servia para ensinar todas as PS's, e relatou isso ao governo que concordou em permitir que a escola usasse sinais. Nessa época, já tinham passado em média 18 estudantes pelo INES e esses estudantes surdos levaram consigo, de volta às cidades de origem, o aprendizado da Libras.

Nos dias atuais, a maioria das escolas de ensino regular brasileiras já possui uma proposta bilíngue, as que ainda não possuem, acabam atrapalhando o rendimento escolar dessas crianças, pois estas muitas ficam afastadas de sua cultura e criam sinais próprios, tornando-se marginalizadas.

Há ainda aquelas PS's que, por se acostumarem com o método oralista, só utilizam a Língua Portuguesa e quando tentam se comunicar com outra PS não conseguem, devido ao fato de terem se integrado à Cultura Surda tardiamente. Esse tipo de concepção não usa a Libras, mas um bimodalismo, ou seja, sinalizam e falam simultaneamente, como alguns ouvintes quando estão aprendendo alguma língua de sinais.

Mas ao contrário dessa situação, deve-se propor a valorização da Libras nas escolas regulares, onde professores e estudantes surdos poderão utilizá-la em todas as circunstâncias, podendo haver uma participação efetiva dessas pessoas na escola comum e, conseqüentemente, na sociedade.

Uma das diretrizes mais comentada a respeito da inclusão escolar dos Estudantes Público-alvo da Educação Especial, entre eles as PS's, é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2007, em que fica caracterizado que, tanto na rede pública quanto particular de ensino, os espaços devem ser abertos e os sistemas de ensino preparados para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem com qualidade dessas pessoas.

O direito à educação já vem sendo demonstrado desde a Constituição Federal (1988) em seu artigo 205 (BRASIL, 2012b), no qual encontramos que: a educação é um direito de todos e dever do estado e da família. Especificamente sobre a inclusão das PS's, observa-se, na Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2012a), a proteção ao estudante surdo e a obrigatoriedade de todos os órgãos públicos e instituições de ensino de gerenciar recursos para atendê-los.

Essa lei é regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005 que permite a inclusão das PS's a partir de estratégias como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), citado no Capítulo IV (BRASIL, 2012c):

III - prover as escolas com:

- a) Ensino e uso da Libras;
- b) Tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa;
- c) Professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas;
- d) Professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos;

IV – garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização.

O AEE está sendo implementado nas escolas por incentivo do MEC e, segundo Rosa (2006), o ambiente da escola comum deve proporcionar um espaço adequado para que o estudante surdo descubra a leitura, pois através dela esse estudante poderá interagir com os conteúdos das matérias escolares e de fato aprenderá, e compreenderá as peculiaridades da Língua Portuguesa. Assim, o AEE pode viabilizar que, por meio do emprego da Libras, o estudante surdo poderá ler e escrever textos em português que é o idioma considerado como sua segunda língua.

Com o incentivo da lei 10.436/02, a Libras e outros recursos disponíveis podem melhorar os métodos de ensino das matérias escolares para estudantes surdos.

Além disso, a mesma lei disponibiliza espaço profissional aos intérpretes de Libras, tanto é que, atualmente, existe graduação Especializada em Sinais (Letras/Libras fundada pela UFCS<sup>1</sup> em 2006). Porém, somente essas conquistas não são suficientes para efetivar a inclusão da PS e de sua cultura na sociedade.

1. Universidade Federal de Santa Catarina.

As escolas públicas devem e podem usar a Libras como primeira língua dessas pessoas, além de utilizar métodos especializados. Para que o estudante surdo seja inserido na escola comum, deve ser educado em um ambiente bilíngue e com um professor que ministre aulas em sua língua, de preferência, um professor surdo. Também é ideal ter um trabalho de ensino da Libras, bem como de suas especificidades científicas, mediante um diagnóstico feito pelo professor bilíngue ou surdo de preferência e, finalmente, será realizado o ensino da Língua Portuguesa, por um professor graduado na área, de acordo com o conhecimento diagnosticado no estudante.

Conforme essas premissas, esperamos que o processo de escolarização, no contexto inclusivo brasileiro, seja efetivado, pois segundo Fachini (2009), as leis têm cumprido seu papel, mas a qualidade não se confirma quando são analisadas as condições oferecidas. E isso deve

ser observado pelos educadores, mediante a responsabilidade de criar formas alternativas de ensino para todos os estudantes.

Se cada escola começar a rever seus procedimentos de ensino e buscar novos meios para incluir as PS's de fato, enfim conquistaremos sua inclusão na escola e na sociedade, dando suporte para o exercício da cidadania. Desse modo, essas pessoas poderão desfrutar dos benefícios a que têm direito, por meio desse processo histórico que resultou em sua inclusão.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 03 out. 2012a.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_29.03.2012/CON1988.shtm](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.shtm). Acesso em: 16 jul. 2012b.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 04 out. 2012c.

FACHINI, Sônia Regina Victorino. **Inclusão socioeducacional**. São Paulo: KnowHow, 2009.

ROSA, Fabiano Souto. Literatura surda: criação e produção de imagens e textos. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v.7, n.2, p.58-64, jun. 2006. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/1629/1477>. Acesso em: 08 ago. 2012.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA ESTUDADA

WIKIPÉDIA. Alfabeto manual. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Juan\\_Pablo\\_Bonet](http://pt.wikipedia.org/wiki/Juan_Pablo_Bonet). Acesso em: 04 out. 2012.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado**: Pessoa com surdez. Brasília: SEESP MEC / SEED, 2007.

FELIPE, Tanya A. **Libras em contexto**: Curso Básico. 8. ed. Rio de Janeiro: WalPring Gráfica e Editora, 2007. (Livro estudante).

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**: Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Editora: Ciranda Cultural. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificas/historiaDaEducacaoDeSurdos/scos/cap10150/5.html>. Acesso em: 19 maio 2012.

# PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos

## LEI Nº 10.436<sup>1</sup>, DE 24 DE ABRIL DE 2002.

1. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/10436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/10436.htm).  
Acesso em: 29 ago. 2012.

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação

Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

PAULO RENATO SOUZA

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 25.4.2002

# PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos

## DECRETO Nº 5.626<sup>1</sup>, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

<sup>1</sup>. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm).  
Acesso em: 29 ago. 2012.

Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, e no art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000,

DECRETA:

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

### CAPÍTULO II

#### DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

### CAPÍTULO III

#### DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LIBRAS E DO INSTRUTOR DE LIBRAS

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngüe.

§ 1º Admite-se como formação mínima de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que viabilizar a formação bilíngüe, referida no caput.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput.

Art. 6º A formação de instrutor de Libras, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação.

§ 1º A formação do instrutor de Libras pode ser realizada também por organizações da sociedade civil representativa da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por pelo menos uma das instituições referidas nos incisos II e III.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput.

Art. 7º Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

I - professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;

II - instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;

III - professor ouvinte bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.

§ 1º Nos casos previstos nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.

§ 2º A partir de um ano da publicação deste Decreto, os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o professor de Libras em seu quadro do magistério.

Art. 8º O exame de proficiência em Libras, referido no art. 7º, deve avaliar a fluência no uso, o conhecimento e a competência para o ensino dessa língua.

§ 1º O exame de proficiência em Libras deve ser promovido, anualmente, pelo Ministério da Educação e instituições de educação superior por ele credenciadas para essa finalidade.

§ 2º A certificação de proficiência em Libras habilitará o instrutor ou o professor para a função docente.

§ 3º O exame de proficiência em Libras deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento em Libras, constituída por docentes surdos e lingüistas de instituições de educação superior.

Art. 9º A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais mínimos:

- I - até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição;
- II - até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição;
- III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e
- IV - dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição.

Parágrafo único. O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas.

Art. 10. As instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 11. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

I - para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua;

II - de licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos;

III - de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 12. As instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 13. O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O tema sobre a modalidade escrita da língua portuguesa para surdos deve ser incluído como conteúdo nos cursos de Fonoaudiologia.

#### CAPÍTULO IV

#### DO USO E DA DIFUSÃO DA LIBRAS E DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ACESSO DAS PESSOAS SURDAS À EDUCAÇÃO

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

§ 1o Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem:

I - promover cursos de formação de professores para:

- a) o ensino e uso da Libras;
- b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e
- c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III - prover as escolas com:

- a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
- b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;
- c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e
- d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade lingüística manifestada pelos alunos surdos;

IV - garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização;

V - apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;

VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade lingüística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

VIII - disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

§ 2o O professor da educação básica, bilíngüe, aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, pode exercer a função de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, cuja função é distinta da função de professor docente.

§ 3o As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Art. 15. Para complementar o currículo da base nacional comum, o ensino de Libras e o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental, como:

I - atividades ou complementação curricular específica na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; e

II - áreas de conhecimento, como disciplinas curriculares, nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior.

Art. 16. A modalidade oral da Língua Portuguesa, na educação básica, deve ser ofertada aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, por meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, resguardado o direito de opção da família ou do próprio aluno por essa modalidade.

Parágrafo único. A definição de espaço para o desenvolvimento da modalidade oral da Língua Portuguesa e a definição dos profissionais de Fonoaudiologia para atuação com alunos da educação básica são de competência dos órgãos que possuam estas atribuições nas unidades federadas.

## CAPÍTULO V

### DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 19. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil:

I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;

II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental;

III - profissional surdo, com competência para realizar a interpretação de línguas de sinais de outros países para a Libras, para atuação em cursos e eventos.

Parágrafo único. As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 20. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, lingüistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.

Art. 21. A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.

§ 1o O profissional a que se refere o caput atuará:

I - nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino;

II - nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e

III - no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

§ 2o As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

## CAPÍTULO VI

### DA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1o São denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 2o Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação.

§ 3o As mudanças decorrentes da implementação dos incisos I e II implicam a formalização, pelos pais e pelos próprios alunos, de sua opção ou preferência pela educação sem o uso de Libras.

§ 4o O disposto no § 2o deste artigo deve ser garantido também para os alunos não usuários da Libras.

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

§ 1o Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade lingüística do aluno surdo.

§ 2o As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 24. A programação visual dos cursos de nível médio e superior, preferencialmente os de formação de professores, na modalidade de educação a distância, deve dispor de sistemas de acesso à informação como janela com tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa e subtítuloção por meio do sistema de legenda oculta, de modo a reproduzir as mensagens veiculadas às pessoas surdas, conforme prevê o Decreto no 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

## CAPÍTULO VII

### DA GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE DAS PESSOAS SURDAS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 25. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde - SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, efetivando:

- I - ações de prevenção e desenvolvimento de programas de saúde auditiva;
- II - tratamento clínico e atendimento especializado, respeitando as especificidades de cada caso;
- III - realização de diagnóstico, atendimento precoce e do encaminhamento para a área de educação;
- IV - seleção, adaptação e fornecimento de prótese auditiva ou aparelho de amplificação sonora, quando indicado;
- V - acompanhamento médico e fonoaudiológico e terapia fonoaudiológica;
- VI - atendimento em reabilitação por equipe multiprofissional;
- VII - atendimento fonoaudiológico às crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica, por meio de ações integradas com a área da educação, de acordo com as necessidades terapêuticas do aluno;
- VIII - orientações à família sobre as implicações da surdez e sobre a importância para a criança com perda auditiva ter, desde seu nascimento, acesso à Libras e à Língua Portuguesa;
- IX - atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e
- X - apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação.

§ 1o O disposto neste artigo deve ser garantido também para os alunos surdos ou com deficiência auditiva não usuários da Libras.

§ 2o O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal, do Distrito Federal e as empresas privadas que detêm autorização, concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde buscarão implementar as medidas referidas no art. 3o da Lei no 10.436, de 2002, como meio de assegurar, prioritariamente, aos alunos surdos ou com deficiência auditiva matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas.

## CAPÍTULO VIII

### DO PAPEL DO PODER PÚBLICO E DAS EMPRESAS QUE DETÊM CONCESSÃO OU PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, NO APOIO AO USO E DIFUSÃO DA LIBRAS

Art. 26. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o Decreto no 5.296, de 2004.

§ 1o As instituições de que trata o caput devem dispor de, pelo menos, cinco por cento de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras.

§ 2o O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, e as empresas privadas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o tratamento diferenciado, previsto no caput.

Art. 27. No âmbito da administração pública federal, direta e indireta, bem como das empresas que detêm concessão e permissão de serviços públicos federais, os serviços prestados por servidores e empregados capacitados para utilizar a Libras e realizar a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa estão sujeitos a padrões de controle de atendimento e a avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, sob a coordenação da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conformidade com o Decreto no 3.507, de 13 de junho de 2000.

Parágrafo único. Caberá à administração pública no âmbito estadual, municipal e do Distrito Federal disciplinar, em regulamento próprio, os padrões de controle do atendimento e avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, referido no caput.

## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, devem incluir em seus orçamentos anuais e plurianuais dotações destinadas a viabilizar ações previstas neste Decreto, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 29. O Distrito Federal, os Estados e os Municípios, no âmbito de suas competências, definirão os instrumentos para a efetiva implantação e o controle do uso e difusão de Libras e de sua tradução e interpretação, referidos nos dispositivos deste Decreto.

Art. 30. Os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, direta e indireta, viabilizarão as ações previstas neste Decreto com dotações específicas em seus orçamentos anuais e plurianuais, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

FERNANDO HADDAD

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.12.2005

# DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SURDEZ

Ronice Muller de Quadros - UFSC

Licenciada em Pedagogia, Doutora em Linguística e Letras, Coordenadora do curso de graduação em Letras/Libras a Distância, Professora Associada do Centro de Comunicação e Expressão – UFSC/Trindade

*Contrário ao modo como muitos definem surdez – isto é, como um impedimento auditivo – pessoas surdas definem-se em termos culturais e linguísticos. (Wrigley, 1996, p.13)*

Nas últimas décadas, os movimentos surdos estão conquistando vários espaços relacionados à educação de surdos e à língua de sinais brasileira. Através de instituições representativas destes movimentos, como a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos – FENEIS –, avançou-se significativamente em termos políticos, tendo como consequência o reconhecimento de aspectos que têm impacto na vida das pessoas surdas. Este processo de conquistas culmina com a Lei de Libras 10.436, de 2002, que reconhece a língua de sinais brasileira como àquela que é utilizada no país pelas comunidades surdas brasileiras.

Diante de tais conquistas, torna-se realidade a inclusão dos surdos na sociedade (Quadros, 2003, 2005). Entende-se, neste texto, “inclusão” não no sentido de colocar o surdo entre os ouvintes, mas de garantir-lhes o exercício da cidadania enquanto brasileiros. Esta inclusão tem sido traduzida de diferentes maneiras, mas no sentido dos surdos acontece de forma a garantir que os mesmos venham: a adquirir a língua de sinais; tenham “escutas” em sinais e pares surdos, acesso à educação na sua língua, isto é, na língua de sinais brasileira, ao ensino de português, como segunda língua, e aos conhecimentos curriculares. Com isso, alguns surdos estão chegando às universidades contando com a presença do profissional intérprete de língua de sinais. Além disso, esta inclusão abre espaço para o ensino da língua de sinais em diferentes lugares, entre estes, as universidades brasileiras.

Estamos, portanto, diante de professores bilíngues, de professores surdos de língua de sinais e de intérpretes de língua de sinais que já estão atuando profissionalmente por este Brasil afora, mais ou menos, em diferentes estados do nosso país. Que tipo de educação formal estes profissionais receberam para atuar como profissionais na educação de surdos,

no ensino da língua de sinais e/ou na tradução e interpretação da língua de sinais? Esses profissionais, normalmente, apresentam diferentes tipos e níveis de formação, dependendo do estado e da cidade onde estão exercendo a sua profissão. A realidade brasileira é muito variada e temos aqueles com, apenas, o primeiro grau em algumas regiões do país; outros com mestrado e até mesmo com doutorado, atuando profissionalmente em regiões diversas. No entanto, mesmo os que apresentam educação formal, normalmente não têm formação específica nesta área de atuação. Não há cursos específicos para a atuação destes profissionais em nível de graduação. Há sim algumas iniciativas de cursos de curta duração em nível de extensão. Nota-se, nos últimos anos, a existência de cursos de nível superior com dois anos de duração e em nível de especialização, embora sejam iniciativas ainda muito recentes e isoladas.

Torna-se, então, emergente o oferecimento de cursos para atender a estas demandas. No entanto, oferecer cursos com qualidade depende de ter profissionais qualificados academicamente para atuarem como multiplicadores. A formação de professores e pesquisadores torna-se fundamental.

O desafio maior que se apresenta neste momento, portanto, é o de formar professores bilíngues (língua de sinais e português), professores surdos e intérpretes de língua de sinais para atuarem no ensino superior na formação de outros profissionais, a fim de garantir o acesso e a permanência de surdos na educação. Somente desta forma, pode-se contribuir para a conquista de espaços educacionais, sociais, culturais, linguísticos e políticos que legitimam a inclusão dos surdos.

Esse processo torna-se possível se as universidades criarem condições para o ingresso e a permanência dos surdos na universidade. A Universidade Federal de Santa Catarina está desenvolvendo um projeto com a CAPES que objetiva formar professores e pesquisadores da educação de surdos, da língua de sinais e de sua interpretação, a fim de garantir a implementação do ensino da Libras em atendimento ao artigo 4º da Lei 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2012a). A proposta é propiciar uma formação teórica-prática, em nível *strictu sensu*, que permita aos professores bilíngues (língua de sinais e português), aos professores de língua de sinais e aos intérpretes de língua de sinais atuarem no ensino enquanto pesquisadores e multiplicadores da educação de surdos e da língua brasileira de sinais, tendo em vista a promoção da inclusão de todos os alunos. Também visa a qualificar, em nível *strictu sensu*, os profissionais que estão atuando direta ou indiretamente na educação de alunos surdos. Dessa forma, esta universidade passou a criar as condições para que isso se tornasse uma realidade.

A primeira ação foi o estabelecimento de linhas de atuação. Considerando o caso específico dos surdos, pensar na educação deles é levar em conta, entre tantos outros possíveis

aspectos, as experiências visuais deles, bem como a sua língua de sinais. Inegavelmente, a linguagem é essencial ao ser humano para o estabelecimento de vários tipos de relações, para a expressão do pensamento e a constituição da subjetividade. Assim, há várias linhas de atuação possíveis para a produção de conhecimentos por pesquisadores envolvidos na educação de surdos (os professores bilíngues, os professores de língua de sinais e os intérpretes educacionais da língua de sinais e da língua portuguesa), entre elas, citamos as seguintes:

- a.** educação de surdos no ensino regular: políticas públicas, processos de inclusão, pedagogia visual e relações entre os agentes do processo educacional;
- b.** a aquisição da linguagem por crianças, adolescentes e adultos surdos;
- c.** a língua enquanto meio e fim da interação social, direito humano, cultural, político e científico;
- d.** a língua como parte da constituição do sujeito, a significação de si e o reconhecimento da própria imagem diante das relações sociais;
- e.** a língua enquanto instrumento formal de ensino da língua nativa (ou seja, como meio de alfabetização e ensino de disciplinas de língua de sinais, integrantes do currículo da formação de pessoas surdas);
- f.** a língua como instrumento formal de ensino como segunda língua (ou seja, para profissionais-ouvintes que desejam atuar na educação de surdos e em outras áreas de atuação);
- g.** a língua portuguesa como uma segunda língua (letramento);
- h.** a tradução e a interpretação da língua de sinais e da língua portuguesa no espaço educacional.

A Universidade abriu uma vaga para professor de língua de sinais no concurso para seleção de professores de 2004. Neste concurso, foi contratada uma professora surda que se juntou à professora que já vinha atuando na educação de surdos, além de contar com os demais professores que integram o Programa de Pós-Graduação em Educação. O processo teve continuidade com a abertura de vagas específicas para alunos de mestrado e doutorado para o desenvolvimento das pesquisas, contemplando as temáticas apresentadas com uma seleção na língua de sinais, isto é, as provas foram na língua de sinais, garantindo aos surdos a possibilidade de expressarem seus conhecimentos independentemente da língua portuguesa. O resultado desta seleção contou com professores surdos e intérpretes de língua de sinais e com projetos de pesquisas pertinentes às áreas apresentadas.

Após a seleção, os alunos de mestrado e doutorado estão tendo acesso às aulas na língua de sinais, por meio de intérpretes de língua de sinais ou em cursos em que os professores ministram as aulas na língua de sinais. Normalmente, os trabalhos de conclusão de cada curso envolvem monografias escritas em português. Assim, oferece-se aos alunos um serviço de tradução dos textos para o português. Independentemente disso, as dissertações e as teses podem ser escritas na língua de sinais, apresentando uma versão em português, realizada por um profissional devidamente qualificado para esta tarefa.

Há também um serviço de orientação aos professores, pois a situação de contar com a presença de intérpretes de língua de sinais é nova, implicando em adequações necessárias no desenvolvimento das aulas relativas aos turnos das falas e à disposição física dos alunos na sala de aula.

Assim, desde o processo de seleção até a conclusão do curso destes profissionais estão sendo buscadas formas de garantir a inclusão dos alunos surdos. A participação dos próprios mestrandos e doutorandos neste processo têm sido fundamental, pois é um processo pedagógico em si mesmo, ensinando-nos a fazer o processo de tal forma que, realmente, venha garantir a formação destes e de outros professores e pesquisadores. A exemplo disso, uma das últimas discussões girou em torno da importância das adaptações físicas dos espaços comuns utilizados pelos alunos surdos na universidade. Entre elas, foi identificada a necessidade emergente de instalar um sistema luminoso para o acesso ao prédio em que há o laboratório de pesquisa do Grupo de Estudos Surdos.

Nesta mesma universidade, há um processo de inclusão de surdos no Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Estamos formando graduados para atuarem nos cursos de formação de professores e demais profissionais relacionados com pessoas surdas e a língua de sinais. Além da formação strictu sensu, há também iniciativas em nível de graduação e de especialização para formar professores de língua de sinais (Curso de Letras – Língua de Sinais Brasileira na UFSC), professores de surdos (Curso de Especialização em Educação de Surdos no CEFET/Unidade São José de Santa Catarina) e intérpretes de língua de sinais (instituições privadas, tal como o VIAS). Na medida em que estes cursos forem implementados e espalhados pelo país, estaremos transformando a educação de surdos no Brasil.

Conforme Souza (2000, p. 92):

No caso dos surdos, faz-se necessário franquear-lhes a palavra, quer dizer, antes de escreverem nosso idioma, deveriam poder se narrarem em sinais, e suas narrativas precisariam ser acolhidas por uma escuta também em sinais. (2000:92)

## REFERÊNCIAS



BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 03 out. 2012a.

QUADROS, Ronice Muller de. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/ exclusão. **Revista Ponto de Vista**, Florianópolis, n.5, p. 81-112. 2003.

QUADROS, Ronice Muller de. A escola que os surdos querem e a escola que o sistema “permite” criar: estudo de caso do estado de Santa Catarina. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28., 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2005.

SOUZA, R. M. Práticas alfabetizadoras e subjetividade. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; GOÉS, Maria Cecília Rafael de (Org.). **Surdez – Processos Educativos e Subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000.

WRIGLEY, O. **The politics of Deafness**. Washington: Gallaudet University Press, 1996.

# INCLUSÃO DE SURDOS: UMA DAS PEÇAS DO QUEBRA- CABEÇA DA EDUCAÇÃO

**Prof. Dra. Ronice Müller Quadros**

Licenciada em Pedagogia, Doutora em Linguística e Letras, Coordenadora do curso de graduação em Letras/Libras a Distância, Professora Associada do Centro de Comunicação e Expressão – UFSC/Trindade

*Contrário ao modo como muitos definem surdez – isto é, como um impedimento auditivo – pessoas surdas definem-se em termos culturais e linguísticos. (Wrigley, 1996, p.13)*

Inclusão depende das diferentes possíveis traduções que se aplicam às práticas políticas na educação. A tradução feita neste texto, no caso específico dos surdos brasileiros, é no sentido de garantir uma educação com qualidade na língua de sinais em que seja privilegiada a experiência visual com pares surdos. O espaço em que isso pode se tornar realidade depende da realidade local, mas, definitivamente, a opção da escola pública deve ser garantida. Vejam que educação de surdos tem sido motivo de debate em vários países, pois é uma das peças do quebra-cabeça da educação inclusiva que não se encaixa. Ela não se encaixa porque a peça que serviria neste quebra-cabeça, do modo como vem sendo traduzida, deveria ter outra forma. Neste texto, vou tratar das formas destas peças e propor algumas alternativas considerando a realidade das políticas públicas de educação e os sonhos dos surdos no sentido de possibilitar um espaço de negociação. Justifica-se, então, o título.

A educação de surdos, na perspectiva das políticas públicas, está voltada para a garantia de acesso e permanência do aluno surdo dentro das escolas regulares de ensino. Entende-se “dentro da rede regular de ensino” o fato de que o aluno surdo deverá ter condições escolares na escola da esquina do seu bairro. No entanto, ao mesmo tempo, com a legislação vigente garantindo o direito linguístico ao surdo de ter acesso aos conhecimentos escolares na língua de sinais, esse “dentro da rede regular na escola da esquina de seu bairro” impõe uma construção de uma educação que garanta as questões linguísticas impostas. Imaginem

ter aulas em uma língua que não é a falada em qualquer escola em que haja, pelo menos, um surdo matriculado. Os próprios articuladores que encabeçam as políticas públicas de educação chegam à conclusão de que isso seria extremamente dispendioso e acabaria criando situações garantidas por lei, mas sem serem concretizadas.

O poder público cria, então, algumas estratégias para manter a ideia de que a educação de surdos deva ser disponibilizada no ensino regular. Uma delas seria a de oferecer o intérprete de língua de sinais onde houver surdos matriculados. De qualquer maneira, a distância entre o prescrito e o executado, em alguns estados brasileiros, está fazendo com que os próprios surdos ou seus familiares acionem judicialmente o estado, exigindo o ensino na língua brasileira de sinais. Assim vemos os efeitos da política de educação inclusiva, mesmo que, ainda, as escolas se deparem com a inexistência de intérpretes de língua de sinais para atender a demanda imposta por esta política educacional.

Alguns mecanismos já vêm sendo criados e algumas instituições de ensino começam a formar este profissional. Atualmente, foi aprovado o Curso de Letras Libras Bacharelado na Universidade Federal de Santa Catarina que formará, em um curso de graduação, profissionais para assumirem esta demanda. Além dessa ação, há várias iniciativas de instituições de ensino para formar intérpretes de língua de sinais em nível de pós-graduação.

Algumas pesquisas começam a despontar no país, apresentando resultados sobre as funções deste profissional no espaço escolar. O que tem sido reportado é que, apesar do intérprete romper uma barreira comunicativa na rede regular de ensino, as questões metodológicas deixam a desejar, ignorando aspectos culturais e sociais que fazem parte do processo educacional, mantendo, muitas vezes, a criança surda à margem da escola (LACERDA, 2000a, 2000b). Assim, estamos diante de um impasse, uma vez que as orientações das políticas públicas visam a garantir o acesso ao conhecimento na rede regular de ensino, por meio da língua de sinais brasileira, com o intérprete de língua de sinais.

A peça do quebra-cabeça das políticas públicas, no entanto, não é a peça que os surdos projetam. A educação de surdos, na perspectiva deles, é norteadada pela reivindicação de uma escola pública de qualidade em língua de sinais, com professores bilíngues e professores surdos. Os movimentos associados aos surdos criticam a manutenção destes indivíduos dentro dos espaços das escolas que estão estruturadas para ensinar e aprender em português, com alunos que crescem ouvindo e falando esta língua, ou seja, as proposições são contrárias às propostas de inclusão nesta perspectiva. Os movimentos surdos clamam por inclusão em uma outra vertente. Dá para se perceber que os surdos entendem inclusão como garantia dos direitos de terem acesso à educação de fato, consolidada em princípios pedagógicos que estejam adequados a eles. As proposições ultrapassam as questões linguísticas, incluindo aspec-

tos sociais, culturais, políticos e educacionais (QUADROS, 2003). Nesse sentido, os surdos sonham com espaços em que a língua de sinais seja a língua de instrução em um ambiente cultural e social que favoreça o fortalecimento das heranças surdas para consolidação de um grupo que se diferencia a partir da experiência visual.

A escola que os surdos querem e a escola que o sistema apresenta ainda não são convergentes. A peça do quebra-cabeça que os surdos representam não se encaixa na forma como as escolas públicas estão organizadas. A educação no país ainda reflete os princípios da política de integração traduzidos como a colocação de surdos na rede regular que ensina na língua portuguesa. Esse é o grande entrave do processo inclusivo dos surdos na educação, impondo um desafio para as propostas governamentais, no sentido de garantir os direitos deles. A implementação de uma política de inclusão deve estar acompanhada do diálogo com os movimentos representantes dos surdos que, apesar de insatisfeitos, estão interessados no sucesso de sua educação. A partir dessa iniciativa, podemos processar uma aproximação entre o “querer” e o “fazer” na educação, instaurando um espaço de negociação. Este espaço de negociação permitirá a reorganização de todas as peças do quebra-cabeça ou, até mesmo, a criação de outros quebra-cabeças que garantam uma educação com qualidade aos surdos brasileiros. A peça do quebra-cabeça dos surdos não apresenta o formato para se encaixar no quebra-cabeça da escola que está aí. No entanto, existe a possibilidade de negociação para tornar esta peça mais próxima à peça que se espera por parte dos que definem como a educação deve ser, em uma perspectiva que consolida os princípios da inclusão e a garantia dos direitos humanos.

Para concluir este trabalho, escolhi as palavras de Miranda (2001) que através da sua experiência visual conseguiu captar brilhantemente a importância das interações entre os surdos enquanto decisivas na construção da subjetividade e identidade deles:

Considerando que a cultura surda mostra uma nostalgia curiosa em relação a uma “comunidade imaginária” e que é barbaramente ou profundamente transformada, senão destruída no contato com a cultura hegemônica, ela age como reguladora da formação da identidade surda, que se reaviva novamente no encontro surdo-surdo. Este encontro é um elemento chave para o modo de produção cultural ou de identidade, pois implica num impacto na “vida interior”, e lembra da centralidade da cultura na construção da subjetividade do sujeito surdo e na construção da identidade como pessoa e como agente pessoal.

## REFERÊNCIAS



LACERDA, C. B. F. de. O intérprete de língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes: problematizando a questão. In: LACERDA, C. B. F. de; GÓES, M. C. R. de (Orgs.). **Surdez: Processo Educativo e Subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000a. p. 51-84.

LACERDA, C. B. F. de. A inserção da criança surda em classe de crianças ouvintes: focalizando a organização do trabalho pedagógico. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 23., 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2005.

LACERDA, C. B. F. de. O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, A. C. E. (Cols.). **Letramento e Minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 120-128.

QUADROS, R. M. de. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. **Revista Ponto de Vista**, Florianópolis, n.5, p. 81-112. 2003.

MIRANDA, W. **Comunidade dos surdos**: olhares sobre os contatos culturais. 2001. 203f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

WRIGLEY, O. **The politics of Deafness**. Washington: Gallaudet University Press, 1996.



## AGENDA DA PRIMEIRA SEMANA

De 19/11/2012 a 25/11/2012

*A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que a identidade do estudante ganhe novo significado. O estudante da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. (Mantoan, 2009, s/n)*

Caros estudantes!

Iniciamos, hoje, mais uma disciplina em nosso Curso de Pedagogia Semipresencial da UNESP/UNIVESP. Trata-se da disciplina **D24 – “Conteúdos e Didática de Libras”**. E como todos sabem, “Libras” é o nome dado à Língua Brasileira de Sinais, utilizada pelas pessoas surdas que vivem no Brasil.

Por se tratar de uma linguagem fundamentalmente gestual, as videoaulas serão um recurso bastante utilizado, de forma a viabilizar sua prática. Essas videoaulas serão divididas da seguinte forma:

- ★ **Videoaulas Básicas** – Nas quais serão apresentados sinais relacionados a temas específicos – facilitadores para sua comunicação com estudantes surdos – seguidos de exercícios.
- ★ **Vídeos de Exercícios** - Nos quais serão apresentadas propostas de trabalho relacionadas aos conteúdos abordados em cada uma das videoaulas básicas.

O Dicionário da Língua Brasileira de Sinais, disponibilizado por meio do link <http://www.acesobrasil.org.br/libras/>, pode ser uma importante fonte de consulta complementar.

Assim, além dos estudos e discussões teóricas, a prática da Libras será intensamente exercitada. A primeira tomada de conhecimento será feita, então, por meio das Videoaulas Básicas, que possibilitarão os estudos e promoverão os treinos individuais. E posteriormente, esses conteúdos serão reforçados, pelo trabalho em grupo, baseado nas propostas dos “Vídeos de Exercícios”.

Destacamos a importância de aplicarem na prática os conteúdos das **Videoaulas Básicas**, de preferência, em seu contexto profissional. Desse modo, professores da sala regular devem trabalhar esses conteúdos com seus estudantes, e os professores que estão na gestão precisam levá-los para discussão com outros durante as HTPC.

1. LIRA, Guilherme de Azambuja; SOUZA, Tanya Amara Felipe de. **Libras**. Dicionário da Língua Brasileira de Sinais. [versão 2.1 - web - 2008, Acessibilidade Brasil (Org.)]. Disponível em: <http://www.acesobrasil.org.br/libras/>. Acesso em: 31 jul. 2012.

Depois de terem estudado cada tema, ao final da disciplina, vocês deverão publicar um **Relato de Experiência** com análise crítica, **para avaliação**.

Esta primeira semana tem como objetivo inserir a Libras no seu universo como docente. Trabalharemos o início do idioma (Libras), utilizando o Alfabeto e os sinais que são mais utilizados no contexto escolar. Vocês aprenderão a falar seu nome, dar recados de provas e entender o que seus estudantes dizem nesse contexto. Esperamos ajudá-los a ter um vocabulário mínimo para se comunicarem com seus, atuais e/ou futuros, estudantes surdos.

Para tanto, as atividades desenvolvidas serão distribuídas ao longo de encontros presenciais e períodos virtuais. Fiquem atentos aos prazos de entrega das atividades avaliativas. Elas variam dependendo do período em que se encontram. As atividades entregues, fora do prazo estabelecido, entrarão no **período de recuperação de prazos que termina no dia 05 de dezembro de 2012**, às 23h55, e terão suas notas avaliadas com descontos (consultem o Manual do Aluno). Atividades entregues, após esse prazo, não serão avaliadas. Por isto, aconselhamos que não deixem para postar suas atividades de última hora.

**IMPORTANTE:** O Relato de Experiência poderá ser convalidado como uma hora de **Estágio** no Ensino Fundamental, se sua proposta for cumprida de acordo com as instruções descritas na Atividade 20. Então, não deixem de aplicar os conteúdos estudados em sua prática pedagógica.

**Atenção:** As atividades presenciais deverão ser publicadas até o final da aula.

Vejam abaixo as atividades programadas para a semana:

### 1ª Aula Presencial – 19/11/2012 – 2ª feira



**Atividade 01** – Iniciando as leituras: Visão Geral da Disciplina e texto 01 – O que é Libras?

**Atividade 02** – Assistir à entrevista de apresentação da disciplina D24, com a Professora Dra. Elisa Tomoe Moriya Schlünzen.

● **Atividade 03** – Estudo da Videoaula Básica 01 – Alfabeto; números; pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, e cumprimentos.

### 1º Período Virtual – 20 e 21/11/2012 – 3ª e 4ª feira



● **Atividade 04** – Estudo da Videoaula Básica 02 – Cotidiano Escolar.

**Atividade 05** – Leitura do texto 02 – História das Pessoas Surdas: da exclusão à política educacional brasileira atual.

Atividades Avaliativas

## 2ª Aula Presencial – 22/11/2012 – 5ª feira



**Atividade 06** – Discussão sobre o texto 02 – História das Pessoas Surdas: da exclusão à política educacional brasileira atual.

**Atividade 07** – Assistir ao vídeo 01 – Estudantes surdos e bilinguismo no ensino regular.

**Atividade 08** – Realizar os exercícios propostos no “Vídeo de Exercícios 01 – Treinando conteúdos das videoaulas 01 e 02”.

## 2º Período Virtual – 23, 24 e 25/11/2012 – 6ª feira, sábado e domingo.



**Atividade 09** – Estudo da Videoaula Básica 03 – Família e verbos.

**Atividade 10** – Leitura do texto 03 – Lei 10.436/2002 e Decreto 5.626/2005 da Libras.

Qualquer problema, por favor, entrem em contato com seu Orientador de Disciplina.

Boa semana!

Atividade Avaliativa



## 1ª SEMANA DE ATIVIDADES:

1ª Aula Presencial – 19/11/2012



### Atividade 01 – Iniciando as leituras: Visão Geral da Disciplina e texto 01 – O que é Libras?

Vamos iniciar o trabalho lendo o texto de introdução do Caderno de Formação – *Visão Geral da Disciplina* e, em seguida, leiam o *texto 01 – “O que é Libras?”*.

Discutam com os colegas e, se restarem dúvidas, peçam aos seus Orientadores de Disciplina que as encaminhem à Professora Elisa, para que sejam esclarecidas durante a Entrevista de Apresentação da Disciplina.

Textos disponibilizados na **Ferramenta Leituras** ou, diretamente, em seu **Caderno de Formação**.

### Atividade 02 - Assistir à entrevista de apresentação da disciplina D24, com a Professora Dra. Elisa Tomoe Moriya Schlünzen

Hoje, às 21h, a Professora Dra. Elisa Tomoe Moriya Schlünzen apresentará a **Disciplina 24 – Conteúdos e Didática de Libras**, por meio de uma entrevista veiculada pela UNIVESP TV.

Nessa entrevista, ela explicará a dinâmica da disciplina, bem como o seu objetivo, e abordará os principais temas que serão trabalhados.

Se surgirem novas questões durante a apresentação, peçam aos Orientadores de Disciplina que as redirecionem.

As questões que, eventualmente, não forem respondidas durante a apresentação, serão disponibilizadas posteriormente, no Acervo Digital, bem como a gravação desse programa. O *link* será disponibilizado por seu Orientador de Disciplina.

### Atividade 03 – Estudo da Videoaula Básica 01 – Alfabeto; números; pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, e cumprimentos

#### Dinâmica das Videoaulas

Todas as *Videoaulas Básicas* serão compostas pelos seguintes segmentos:

- \* **Teoria** – Apresentação dos sinais e seus significados.

- \* **Exercício 01 – “Leitura de Frases”**– Para exercitar os conteúdos teóricos, a intérprete Lais Benedetto falará em Libras algumas frases e vocês deverão escolher, no Arquivo de Respostas correspondente, a frase correta -. Esses arquivos de respostas estão disponibilizados no Material de Apoio e deverão ser publicados de acordo com as orientações de postagem indicadas em cada atividade. Em seguida para que se tenha um retorno imediato, visando um melhor aprendizado, vocês poderão reassistir às frases e, a partir do gabarito de respostas que estará com seus Orientadores de Disciplina, analisar qual é a correta.
- \* **Gabarito do Exercício 02 – “Interpretando a Libras”**– Para a realização do Exercício 02, algumas frases serão propostas, por escrito, a fim de que vocês as interpretem e gestualizem em Libras. ...E para a conferência de acertos, e correção de eventuais equívocos, vocês contarão com vídeos de *Gabarito do Exercício 02 – Interpretando a Libras*, respectivos a cada videoaula, nos quais a intérprete Lais Benedetto apresentará corretamente as frases indicadas.

Assim, assistam, primeiro, *à parte teórica* das videoaulas. Em seguida, acessem o – **Exercício 01 – Leitura de Frases**, e escolham, nos respectivos arquivos de respostas editáveis, a alternativa correta, para cada uma das frases interpretadas por Lais Benedetto.

Finalizado o Exercício 01, vejam as frases escritas em seu Caderno de Formação referentes ao **Exercício 02 – Interpretando Libras**, e tentem interpretá-las em Libras. Logo após a finalização do exercício, acessem o vídeo **Gabarito do Exercício 02 – Interpretando Libras**, da videoaula correspondente, para conferir seus acertos e erros.

Todas as videoaulas, bem como os vídeos de **Gabarito do Exercício 02**, estão disponibilizados na Ferramenta **Material de Apoio**.

## VIDEOAULA BÁSICA 01

### Teoria

Assistam, então, no primeiro momento, apenas à parte teórica da *Videoaula Básica 01 – Alfabeto; números; pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, e cumprimentos*, disponibilizada na Ferramenta **Material de Apoio**, ou pelo **Portal Acadêmico**, *link Vídeos*.

É importante que, a cada movimento, vocês observem e tentem, na medida do possível, repetir exatamente o posicionamento das mãos, a expressão facial e a corporal apresentados, pois esses são detalhes fundamentais para a comunicação. Treinem durante alguns minutos.

Em seguida, vamos exercitar os conteúdos propostos, trabalhando em duplas. Cumprimentem-se, solem seus nomes e endereços. Não se esqueçam de indicar o número de sua casa, bem como o correspondente à sua idade.

### ● Exercício 01 – Leitura de Frases

A seguir, ainda trabalhando em duplas, observem as frases do **Exercício 01 – Leitura de Frases** – da Videoaula Básica 01. Acessem, na Ferramenta **Material de Apoio**, o **Arquivo de Respostas Editável, da Atividade 03**, e escolham a alternativa correta de cada uma das frases sinalizadas pela intérprete Lais Benedetto. Publiquem seus arquivos no **Portfólio de Grupo**, com o título **D24\_Atividade03 – Associar à avaliação - Compartilhar com formadores -**.

**ATENÇÃO:** É importante que cumpram a proposta do Exercício 01 e façam sua postagem ainda durante essa aula, pois o prazo de entrega da atividade, sem desconto em nota, termina hoje.

Após todos os grupos realizarem as postagens, confirmem, a partir do gabarito de respostas que está com seu Orientador de Disciplina, coletivamente os acertos e esclareçam as eventuais dúvidas.

### Exercício 02 – Interpretando Libras

Finalizada essa etapa, cada componente da dupla deverá sinalizar para o colega as frases do **Exercício 02 – Interpretando Libras**, sugeridas abaixo.

Antes de iniciarem o exercício, entretanto, lembrem-se de que, como vimos no texto 01 – *O que é Libras*, a estrutura frasal dessa linguagem é diferente da estrutura utilizada na Língua Portuguesa. Assim, vocês deverão então, utilizar as sequências:

- \* objeto -> verbo -> sujeito ou
- \* objeto -> sujeito -> verbo.

Vamos às frases:

1. Frase 01 - Qual é o seu nome?

2. Frase 02 - Quantos anos você tem?
3. Frase 03 - Você a conhece?
4. Frase 04 - Você tem sinal?
5. Frase 05 - Onde você mora?
6. Frase 06 - Quantos anos tem seu filho?
7. Frase 07 - Você sabe Libras?
8. Frase 08 - Prazer em conhecer você.
9. Frase 09 - Esta é minha irmã.
10. Frase 10 - Este é meu pai.

Verifiquem seus acertos, acessando o vídeo “**Gabarito do Exercício 02 – Interpretando Libras**” da Videoaula Básica 01.

**Observação:** Exercitem o máximo possível e tirem todas as dúvidas, pois vocês deverão aplicar esses conteúdos em sua prática pedagógica. Se acharem pertinente, anatem os detalhes da experiência em seu **Portfólio Individual** ou no **Diário de Bordo**, com o título **D24\_Atividade 03**, para a posterior elaboração de seu **Relato de Experiência**.

**Atividade avaliativa - Associar à avaliação – formar grupos na plataforma -Compartilhar com formadores**

**Valor:** 10.00 **Peso:** 3

**Tipo de atividade:** grupo

**Objetivos:**

- Exercitar a Libras e estudar os conteúdos apresentados na videoaula básica 01 - Alfabeto; números; pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, e cumprimentos.

**Critérios de avaliação:**

- Cumprimento da proposta.
- Entrega no prazo determinado.

**Prazo de entrega:**

- até 19/11/2012 – sem desconto em nota.
- de 20/11 a 05/12/2012 – com desconto em nota.

1º Período Virtual – 20 e 21/11/2012



Atividade 04 – Estudo da Videoaula Básica 02 – Cotidiano Escolar

## VIDEOAULA BÁSICA 02

### Teoria

Assistam à parte teórica da *Videoaula Básica 02 – “Cotidiano Escolar”* disponibilizada na Ferramenta **Material de Apoio**, ou pelo **Portal Acadêmico**, *link Vídeos*.

Essa videoaula tem como objetivo, apresentar conteúdos relacionados ao cotidiano escolar, de forma a possibilitar que cada professor adeque-os, tanto à sua componente curricular, como à sua prática pedagógica.

### Exercício 01 - Leitura de Frases

Em seguida, acessem o **Exercício 01** da Videoaula Básica 02 e façam a **Leitura de Frases**. Acessem o **Arquivo de Respostas Editável, da Atividade 04**, na Ferramenta **Material de Apoio**, e marquem a alternativa correta, correspondente a cada uma das frases sinalizadas em Libras pela intérprete Laís Benedetto.

Publiquem seus arquivos no **Portfólio Individual**, com o título **D24\_Atividade04 – Associar à avaliação - Compartilhar com formadores** - e levem uma cópia impressa, na aula do dia 26 de novembro de 2012, para revisão de acertos e erros.

Na medida do possível, pratiquem em seu cotidiano familiar, social e especialmente, escolar, com seus alunos. Não se esqueçam de fazer anotações para ajudá-los posteriormente na elaboração do Relato de Experiência. Se acharem pertinente, podem utilizar o **Portfólio Individual** ou o **Diário de Bordo** para esses registros, com o título **D24\_Atividade04**.

**ATENÇÃO:** Fiquem atentos aos prazos de entrega das atividades, pois elas variam dependendo da situação. As postagens relativas a esse período virtual podem ser aprimoradas até domingo, dia 25 de novembro de 2012.

### Exercício 02 – Interpretando Libras

Exercitem os conteúdos apresentados, interpretando as seguintes frases do **Exercício 02 - Interpretando a Libras**, da Videoaula Básica 02 – Cotidiano Escolar.

1. Frase 01 - Você entendeu?
2. Frase 02 - Amanhã não tem aula.
3. Frase 03 - A prova será em dupla.
4. Frase 04 - O exercício é individual.
5. Frase 05 - Você tem alguma dúvida?
6. Frase 06 – Vamos estudar para a prova?
7. Frase 07 - Posso beber água?
8. Frase 08 - Parem de conversar.
9. Frase 09 - Prestem atenção!
10. Frase 10 - A prova será amanhã.

Verifiquem seus acertos, fazendo a autocorreção a partir do vídeo [Gabarito do Exercício 02 – Interpretando Libras](#), da Videoaula Básica 02 – [Cotidiano Escolar](#)

Atividade avaliativa - Associar à avaliação –  
Compartilhar com formadores

Valor: 10.00 Peso: 3

Tipo de atividade: Individual

Objetivos:

- Exercitar a Libras e estudar os conteúdos apresentados na videoaula básica 02 – Cotidiano Escolar.

Critérios de avaliação:

- Cumprimento da proposta.
- Entrega no prazo determinado.

Prazo de entrega:

- até 25/11/2012 – sem desconto em nota.
- de 26/11 a 05/12/2012 – com desconto em nota.

**Atividade 05 – Leitura do texto 02 – História das Pessoas Surdas: da exclusão à política educacional brasileira atual**

Conheçam um pouco da trajetória e das conquistas das pessoas surdas lendo o *texto 02 – História das Pessoas das Surdas: da exclusão à política educacional brasileira atual*. Este texto apresenta os desdobramentos atuais resultantes das políticas

públicas direcionadas às pessoas surdas até o momento. Destaca, também, fatos importantes que dão razão ao atual desfecho na vida e educação dos surdos no Brasil e mundo.

Texto disponibilizado na [Ferramenta Leituras](#) ou, diretamente, em seu [Caderno de Formação](#).

2ª Aula Presencial – 22/11/2012



### Atividade 06 – Discussão sobre o texto 02 – História das Pessoas Surdas: da exclusão à política educacional brasileira atual

Iniciem a aula discutindo sobre a ideia central do texto 02 – *História das Pessoas das Surdas: da exclusão à política educacional brasileira atual*. Em seguida, comparem essa ideia à realidade atual e reflitam sobre quais são as mudanças necessárias para uma melhora na educação das pessoas surdas. O que você acha necessário realizar para não repetirmos os mesmos equívocos do passado? Em sua opinião, quais erros, vivenciados ao longo da História da Libras, a escola ‘bilíngue’ está repetindo? Você concorda com a escola ‘bilíngue’? Justifique sua resposta.

### Atividade 07 – Assistir ao vídeo 01 – Estudantes surdos e bilinguismo no ensino regular

Assistam às 20h e/ou às 21h15, em sua TV digital, ao *vídeo 01 - Estudantes surdos e bilinguismo no ensino regular*, veiculado pela UNIVESP TV. Esse vídeo pode ser acessado também, por meio da Ferramenta [Material de Apoio](#), ou pelo [Portal Acadêmico](#), [link Vídeos](#).

O vídeo apresenta uma aula de Língua Portuguesa que foi ministrada para o quarto ano do ensino fundamental de uma escola regular em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista. Justifica-se este vídeo, pois é desafiante para a maior parte das escolas do Brasil alfabetizar os estudantes com surdez nas duas Línguas: Português e Libras. Como veremos mais adiante (atividade 10), o Decreto Federal 5.626, de 2005, estabelece que todos os estudantes com surdez têm direito a uma educação bilíngue no ensino regular.

Observem que, na escola visitada, os estudantes ouvintes também têm aula de Libras. Assim, discutam com a sala os seguintes aspectos:

- \* Vocês acham que os demais estudantes, além dos surdos, devem saber Libras? Por quê?

- \* E os professores da sala comum, eles devem aprender Libras ou esse é um dever somente do professor especialista? Por quê?
- \* Na sua escola, para que o estudante surdo seja incluído, quem deve saber Libras?
- \* Vocês concordam que todas as disciplinas devem ter recursos visuais? Quem ganha com esta acessibilidade? Vocês consideram esse tipo de material como uma adaptação curricular ou como uma nova estratégia pedagógica, conforme já abordado no Eixo Articulador – “Educação Inclusiva e Especial”?
- \* A experiência mostrada no vídeo caracteriza as mudanças que abordamos no Eixo Articulador – “Educação Inclusiva e Especial”? Por quê?

#### Atividade 08 – Realizar os exercícios propostos no “Vídeo de Exercícios 01 – Treinando conteúdos das videoaulas 01 e 02”

Vamos exercitar. Dividam a classe em três grandes grupos e treinem os movimentos apresentados nas **Videoaulas Básicas 01 e 02**. Aproveitem para tirar eventuais dúvidas e preparem-se para o desafio que será proposto a seguir.

Se houver professores especialistas em Libras na turma, aproveitem seus conhecimentos para aprofundar os temas.

Finalizados os estudos, os professores especialistas deverão deixar seus grupos e se juntar aos Orientadores de Disciplina, para a avaliação do desempenho dos grupos.

Acessem, então, o **Vídeo de Exercícios 01 – Treinando conteúdos das videoaulas 01 e 02**, disponibilizado na Ferramenta **Material de Apoio**, ou pelo **Portal Acadêmico**, **link Vídeos**. A seguir, cumpram suas propostas, conforme a dinâmica dos exercícios das videoaulas:

- \* **Exercício 01 – Leitura de Frases** – a intérprete Lais Benedetto apresenta algumas frases e vocês tentam compreender seu significado, marcando a frase correta no arquivo de respostas.
- \* **Exercício 02 – Interpretando Libras** – propõe frases escritas para que vocês interpretem gestualmente e verifiquem seus acertos, posteriormente.

### Exercício 01 – Leitura de Frases

Acessem o [Exercício 01 – Leitura de frases](#) – do [Vídeo de Exercícios 01 – Treinando conteúdos das videoaulas 01 e 02](#), e observem as frases apresentadas pela intérprete Lais Benedetto. Acessem o [Arquivo de Respostas Editável, da Atividade 08](#), na Ferramenta [Material de Apoio](#), e registrem a alternativa correta para cada uma das frases apresentadas. Publiquem o arquivo de respostas no [Portfólio Individual e/ou no de Grupo](#), como preferirem, com o título [D24\\_Atividade 08](#), para futuras consultas. Ao final, confirmem o gabarito com seus Orientadores de Disciplina.

Aproveitem o momento para treinar e tirar as dúvidas.

### Exercício 02 - Interpretando Libras

Os grupos deverão, interpretar as seguintes frases do [Exercício 02 – Interpretando Libras](#):

1. Você sabe Libras?
2. Como você se chama?
3. Meu nome é Marcelo.
4. Você conversa em Libras com sua professora especialista?
5. A prova será individual.
6. Você escreveu seu nome na prova? Esqueceu?
7. Os exercícios de Matemática deverão ser entregues amanhã.
8. Estudem em grupo para a prova de Física.
9. Seu pai é intérprete. Sua mãe também?
10. Como é o sinal do seu responsável?

Para tanto, vocês terão alguns minutos para discutir e definir quem apresentará os sinais para a sala. Finalizadas as discussões e encerrados os treinos, o Orientador de Disciplina falará a primeira frase e os três grupos deverão apresentar sua versão. Observem se houve diferença entre a sinalização dos grupos. Tentem, na medida do possível, identificar e analisar as causas dessas diferenças.

Em seguida, acessem o vídeo [Gabarito do Exercício 02 – Interpretando Libras](#), do [Vídeo de Exercícios 01 – Treinando conteúdos das videoaulas 01 e 02](#), e verifiquem

seus acertos. Aproveitem para esclarecer eventuais dúvidas. Repitam a dinâmica com todas as frases.

Na medida do possível, pratiquem em seu cotidiano familiar, social e especialmente, escolar, com seus alunos. Não se esqueçam de fazer anotações para ajudá-los posteriormente na elaboração do Relato de Experiência. Se acharem pertinente, podem utilizar o **Portfólio Individual** ou o **Diário de Bordo** para esses registros, com o título **D24\_Atividade08**.

2º Período Virtual – 23 e 24 e 25/11/2012



### Atividade 09 – Estudo da Videoaula Básica 03 – Família e Verbos

## VIDEOAULA BÁSICA 03

### Teoria

Assistam à parte teórica da **Videoaula Básica 03 – Família e Verbos**, disponibilizada na Ferramenta **Material de Apoio**, ou pelo **Portal Acadêmico**, **link Vídeos**, e exercitem os conteúdos apresentados.

### Exercício 01 – Leitura de Frases

Em seguida escolham, o significado exato das frases apresentadas pela intérprete no **Exercício 01 – Leitura de frases**, da **Videoaula Básica 03 – Família e Verbos**, e marquem a alternativa correta no **Arquivo de Respostas Editável**, da **Atividade 09**, disponibilizado também na Ferramenta **Material de Apoio**.

Publiquem seus arquivos no **Portfólio Individual**, com o título **D24\_Atividade 09 – Associar à avaliação - Compartilhar com formadores -**, e levem uma cópia impressa, na aula do dia 26 de novembro de 2012, para revisão de erros e acertos.

### Exercício 02 - Interpretando Libras

Finalizada a primeira parte dos estudos, realizem o **Exercício 02 – Interpretando Libras**, e sinalizem as frases a seguir:

1. Amanhã terá reunião, avisem seus pais.
2. Diga ao seu pai que eu quero falar com ele.

3. Sua mãe é surda ou ouvinte?
4. Calma, seu pai está vindo te buscar.
5. Por favor, peça para sua mãe te acompanhar amanhã na aula.
6. João, quero que se sente longe do Pedro.
7. Mãe, seu filho brigou na escola porque foi empurrado por outro aluno.
8. Pedro, chame seu pai para vir falar com a diretora amanhã.
9. A sua mãe viu sua lição de casa?
10. Depois da explicação, você poderá ir ao banheiro.

Em seguida, acessem o vídeo [Gabarito do Exercício 02 – Interpretando Libras](#), da [Videoaula Básica 03 – Família e Verbos](#), e verifiquem seus acertos, fazendo a auto-correção, a partir da sinalização da intérprete Lais Benedetto.

Na medida do possível, pratiquem em seu cotidiano familiar, social e especialmente, escolar, com seus alunos. Não se esqueçam de fazer anotações para ajudá-los posteriormente na elaboração do Relato de Experiência. Se acharem pertinente, podem utilizar o [Portfólio Individual](#) ou o [Diário de Bordo](#) para esses registros, com o título [D24\\_Atividade09](#).

**Atividade avaliativa - Associar à avaliação –  
Compartilhar com formadores**

**Valor:** 10.00 **Peso:** 3

**Tipo de atividade:** Individual.

**Objetivos:**

- Exercitar a Libras e estudar os conteúdos apresentados na videoaula básica 03 – Família e Verbos.

**Critérios de avaliação:**

- Cumprimento da proposta.
- Entrega no prazo determinado.

**Prazo de entrega:**

- até 25/11/2012 – sem desconto em nota.
- de 26/11 a 05/12/2012 – com desconto em nota.

### Atividade 10 – Leitura do texto 03 – Lei 10.436/2002 e Decreto 5.626/2005 da Libras

Leiam, agora, o texto 03 – *Lei 10.436/2002 e Decreto 5.626/2005 da Libras*, sobre o marco histórico que tornou a Libras a Língua de Sinais oficial a ser utilizada no Brasil. Essa Lei regulamenta e obriga a todas instituições públicas ou particulares de ensino, bem como a todos órgãos públicos, a darem assistência às pessoas surdas, por meio da Língua de Sinais – Libras.

Texto disponibilizado na **Ferramenta Leituras** ou, diretamente, em seu **Caderno de Formação**.



## AGENDA DA SEGUNDA SEMANA

De 26/11/2012 a 02/12/2012

*Nosso desafio como profissionais da educação é o de trabalhar por uma escola inclusiva, com qualidade de ensino, pois sabe-se da importância da educação básica. A educação básica é a mola mestra do desenvolvimento econômico e social de um país. É claro que ela não está só neste desafio. Precisamos de uma justiça que funcione, de uma saúde que abrigue a todos e de uma política comprometida com o cidadão. Quanto mais sistemas comuns da sociedade adotarem a inclusão, mais cedo se completará a construção de uma verdadeira sociedade para todos, a sociedade inclusivista. (Sassaki, 1997, p.42).*

Caros estudantes!

Durante essa segunda semana da **D24 – Conteúdos e Didática de Libras**, continuaremos conhecendo e trabalhando os sinais da Libras, utilizando para tanto as Videoaulas Básicas, disponibilizadas na Ferramenta **Material de Apoio**.

Lembrem-se, também, do **Dicionário da Língua Brasileira de Sinais<sup>1</sup>**, que é uma importante ferramenta de consulta e pode ser acessado a qualquer momento, por meio do link: <http://www.acessobrasil.org.br/libras/>.

Objetivamos, assim, oferecer mais recursos e vocábulos da Libras básica, por meio das reflexões e da prática dos exercícios propostos nas Atividades. Além do vocabulário, esperamos que os textos-base aumentem a sua compreensão sobre os estudantes surdos. Esperamos que, nesta semana, você tenha mais experiência prática com a Libras, para melhorar a sua comunicação, caso receba estudantes surdos em seu contexto de trabalho.

Para tanto, as atividades desenvolvidas serão distribuídas ao longo de encontros presenciais e períodos virtuais. Fiquem atentos aos prazos de entrega das atividades avaliativas. Elas variam dependendo do período em que se encontram. As atividades entregues, fora do prazo estabelecido, entrarão no **período de recuperação de prazos que termina no dia 05 de dezembro de 2012**, às 23h55, e terão suas notas avaliadas com descontos (consultem o Manual do Aluno). Atividades entregues, após esse prazo, não serão avaliadas. Por isto, aconselhamos que não deixem para postar suas atividades de última hora.

Seria interessante se conseguissem articular a visita de uma pessoa surda, na aula de quinta-feira, dia 29 de novembro de 2012, de modo a possibilitar a interação da turma e colocar em prática as aprendizagens.

1. LIRA, Guilherme de Azambuja; SOUZA, Tanya Amara Felipe de. **Libras**. Dicionário da Língua Brasileira de Sinais. [versão 2.1 - web - 2008, Acessibilidade Brasil (Org.)]. Disponível em: <http://www.acessobrasil.org.br/libras/>. Acesso em: 31 jul. 2012.

**IMPORTANTE:** Observem que o *Relato de Experiência* poderá ser convalidado como uma hora de **Estágio** no Ensino Fundamental, se sua proposta for cumprida de acordo com as instruções descritas na Atividade 20. Então, não deixem de aplicar os conteúdos estudados em sua prática pedagógica.

**Atenção:** As atividades presenciais deverão ser publicadas até o final da aula.

Vejam abaixo as atividades programadas para a semana:

### 3ª Aula Presencial – 26/11/2012 – 2ª feira



**Atividade 11** – Retomada e revisão dos gabaritos das atividades 04 e 09.

**Atividade 12** – Discussão do texto 03 - Lei 10.436/2002 e Decreto 5.626/2005 da Libras.

**Atividade 13** – Estudo da Videoaula Básica 04 – Dias da semana e meses do ano.

### 3º Período Virtual – 27 e 28/11/2012 – 3ª e 4ª feira



**Atividade 14** – Exercitando os conteúdos – Vídeo de Exercícios 02 – Simulado de prova de Libras.

**Atividade 15** – Leitura do texto 04 – Desafios na formação de profissionais na área da surdez.

**Atividade 16** – Leitura do texto 05 – Inclusão de surdos: pela peça que encaixa neste quebra-cabeça.

### 4ª Aula Presencial – 29/11/2012 – 5ª feira



**Atividade 17** – Discutir os textos 04 e 05 e assistir ao vídeo 02 – “Libras na escola regular: os educadores e suas estratégias”.

**Atividade 18** – Realizar exercícios propostos no Vídeo de Exercícios 03 – Treinando conteúdos das Videoaulas Básica 03 e 04.

**Atividade 19** – Retomada da Atividade 14.

### 4º Período Virtual – 30/11, 01 e 02/12/2012 – 6ª feira, sábado e domingo



**Atividade 20** – **Atividade de Estágio** - Entrega do Relato de Experiência.

**Atividade 21** – Levantamento de questões para a revisão.

Qualquer problema, por favor, entrem em contato com seu Orientador de Disciplina.

Atividades Avaliativas



## 2ª SEMANA DE ATIVIDADES:

3ª Aula Presencial – 26/11/2012



### Atividade 11 – Retomada e revisão dos gabaritos das atividades 04 e 09.

Iniciem a aula retomando as Videoaulas Básicas 02 e 03, e os arquivos que trouxeram impressos, referentes às publicações das atividades 04 e 09.

Verifiquem seus acertos e erros a partir do gabarito de respostas apresentado por seu orientador e tentem, na medida do possível, analisar os eventuais erros.

### Atividade 12 – Discussão do texto 03 – Lei 10.436/2002 e Decreto 5.626/2005 da Libras

Discutam o *texto 03 – Lei 10.436/2002 e Decreto 5.626/2005 da Libras*, traçando paralelos entre o contexto escolar atual e os pontos exigidos na lei. Reflitam sobre a situação dos estudantes surdos, os professores especialistas e intérpretes, e analisem em que ponto estamos em relação ao cumprimento dessas premissas. Você concorda com as Leis? Elas estão sendo cumpridas no seu município? O que falta fazer para alcançar as premissas das leis? Quais as conquistas já alcançadas? Justifiquem as respostas.

### Atividade 13 – Estudo da Videoaula Básica 04 – Dias da semana e meses do ano

## VIDEOAULA BÁSICA 04

### Teoria

Assistam à *Videoaula Básica 04 – Dias da semana e meses do ano*, disponibilizada na Ferramenta *Material de Apoio*, ou pelo *Portal Acadêmico*, *link Vídeos*.

Esta videoaula pretende auxiliá-los na formação de frases utilizadas no cotidiano escolar que facilitam a comunicação entre professores e estudantes surdos em relação a datas importantes, especialmente, a atividades que, geralmente, são avaliativas, como provas e trabalhos.

Vocês já conhecem a dinâmica, então, assistam apenas à parte teórica do vídeo e, em grupos, treinem os movimentos.

### Exercício 01 - Leitura de Frases

Em seguida acessem o **Exercício 01 – Leitura de Frases**, e marquem no *Arquivo de Respostas Editável*, da **Atividade 13 – Ferramenta Material de Apoio**, a alternativa correta de cada frase sinalizada pela intérprete Laís Benedetto.

Publiquem seus arquivos no **Portfólio de Grupo**, com o título **D24\_Atividade13 – Associar à avaliação – Compartilhar com Formadores**.

**ATENÇÃO:** É importante que cumpram a proposta do Exercício 01 e façam sua postagem ainda durante essa aula, pois o prazo de entrega da atividade, sem desconto em nota, termina hoje.

Após todos os grupos realizarem as postagens, confirmem, a partir do gabarito de respostas que está com seu Orientador de Disciplina, coletivamente os acertos e esclareçam as eventuais dúvidas.

### Exercício 02 – Interpretando Libras

Publicados os arquivos de respostas, voltem a exercitar os conteúdos apresentados, sinalizando para o colega, as seguintes frases do **Exercício 02 – Interpretando Libras**, da **Videoaula Básica 04 – “Dias da semana e meses do ano”**:

1. Você precisa estudar mais a matéria de História.
2. Mês que vem teremos prova de Matemática.
3. Suas férias serão em julho.
4. trabalho terá que ser entregue no dia 12 de março, quarta-feira que vem.
5. A prova será dia 21 de maio, será em uma segunda-feira, estudem.
6. Em janeiro, você terá que vir fazer recuperação da matéria de Física.
7. Daqui a dois dias teremos um trabalho em sala, estudem a lição da aula passada.
8. A nota de vocês será divulgada dia 18 de abril, aguardem.
9. Alguém tem dúvida sobre o dia da prova?
10. Semana que vem teremos prova de química.

Finalizada essa etapa, verifiquem seus acertos, acessando o vídeo **Gabarito do Exercício 02**, da **Videoaula Básica 04**.

**Importante:** Pratiquem em seu cotidiano e, especialmente, em sala de aula. Não se esqueçam de fazer anotações para ajudá-los posteriormente na elaboração do Relatório de Experiência. Se acharem pertinente, podem utilizar o **Portfólio Individual** ou o **Diário de Bordo** para esses registros. Coloquem o título **D24\_Atividade13**.

**Atividade avaliativa - Associar à avaliação – formar grupos na plataforma - Compartilhar com formadores**

Valor: 10.00 Peso: 3

Tipo de atividade: grupo

Objetivos:

- Exercitar a Libras e estudar os conteúdos apresentados na videoaula básica 04 – Dias da semana e meses do ano.

Critérios de avaliação:

- Cumprimento da proposta
- Entrega no prazo determinado.

Prazo de entrega:

- até 26/11/2012 – sem desconto em nota.
- de 27/11 a 05/12/2012 – com desconto em nota.

3º Período Virtual – 27 e 28/11/2012



### Atividade 14 – Exercitando os conteúdos – Vídeo de Exercícios 02 – Simulado de prova de Libras

Agora, vocês farão um simulado de uma prova de Libras semelhante à reconhecida pelo MEC, que dá proficiência aos profissionais da área da Língua de Sinais.

Acessem o **Vídeo de Exercício 02 – Simulado de prova de Libras**, disponibilizado na Ferramenta **Material de Apoio**, ou pelo **Portal Acadêmico**, **link Vídeos**, e imprimam o **Arquivo de Respostas Editável**, da **Atividade 14**, disponível na mesma Ferramenta do AVA. Assinalem com um “X” a alternativa correta para cada questão referente às frases apresentadas no **Vídeo de Exercício 02**, e levem seu gabarito de resposta, impresso, na próxima aula presencial.

### Atividade 15 – Leitura do texto 04 – Desafios na formação de profissionais na área da surdez

Leiam o **texto 04 – Desafios na formação de profissionais na área da surdez**, de Ronice Muller de Quadros, disponível na **Ferramenta Leituras** ou, diretamente, em seu **Caderno de Formação**.

O texto trata da real necessidade enfrentada pelos profissionais considerados emergentes que atuam na área da Língua de Sinais; questiona a formação desses professores e intérpretes de Libras; elenca as melhorias conquistadas com a lei 10.436/2002; e apresenta os desafios que ainda precisam ser alcançados.

Após a leitura, respondam aos seguintes questionamentos:

1. O professor da sala comum precisa conhecer os princípios básicos da Libras ou somente o intérprete pode ter essa função? Por quê?
2. Você acha que é o intérprete quem deve ensinar os conteúdos ao estudante surdo quando ele está na sala comum? Se sim, justifique e, se não, o que efetivamente ele deve fazer?
3. Como o professor da sala comum pode viabilizar a formação do estudante surdo, de forma que ele compreenda os conteúdos e tenha êxito nas provas, assim como os ouvintes?

Publiquem suas respostas no **Portfólio Individual**, com o título **D24\_ Atividade15**, e levem uma cópia impressa na próxima aula presencial.

### Atividade 16 – Leitura do texto 05 – Inclusão de surdos: pela peça que encaixa neste quebra-cabeça

Leiam o **texto 05 – Inclusão de surdos: pela peça que encaixa neste quebra-cabeça**, de Ronice Muller de Quadros.

O texto questiona políticas públicas que interferem no ensino regular dos surdos, bem como a qualidade deste ensino oferecido na escola regular, base para seu futuro acadêmico. Ele, também, destaca os direitos que garantem qualidade nesse ensino, apresentando um modelo pedagógico ideal para consolidar uma educação bilíngue de qualidade.

Anotem os pontos que chamaram sua atenção e/ou os que gostariam de discutir na próxima aula presencial.

Texto disponibilizado na **Ferramenta Leituras** ou, diretamente, em seu **Caderno de Formação**.

4ª Aula Presencial – 29/11/2012



**Atividade 17 – Discutir os textos 04 e 05 e assistir ao vídeo 02 – “Libras na escola regular: os educadores e suas estratégias”.**

Iniciem a aula retomando as respostas da Atividade 15, referentes ao texto 04 – *Desafios na formação de profissionais na área da surdez* e as anotações do texto 05 – *Inclusão de surdos: pela peça que encaixa neste quebra-cabeça*.

Em pequenos grupos, observem se as respostas da Atividade 15 apresentaram divergências significativas e discutam os diferentes pontos de vista.

Reflitam e discutam também sobre:

- \* Estratégias que garantam aos professores uma boa formação em Libras tanto na formação inicial, como na continuada
- \* Formas para a implementação de Libras, com vistas ao cumprimento da resolução da Escola Bilíngue.
- \* Ações necessárias para a formação dos intérpretes de Libras e a sua atuação junto ao professor da classe comum.
- \* Resultados da má formação de professores e profissionais intérpretes, especialmente, para os estudantes que estão ingressando na universidade.
- \* A situação atual da Escola é convergente com a Escola prevista pela lei?
- \* Os surdos estão satisfeitos com a inclusão? Por quê?

Em seguida, assistam ao *vídeo 02 – “Libras na escola regular: os educadores e suas estratégias”*, veiculado às 20h e/ou 21h15 em sua TV digital, pela UNIVESP TV.

Esse vídeo apresenta a Professora Ronice Muller em conversa com professores da escola municipal de ensino básico, Nadia Issa Pina, em São Bernardo do Campo, na grande São Paulo. Como visto no vídeo 01, os educadores dessa escola, vivem o primeiro ano como escola polo e buscam tornar o ambiente bilíngue para estudantes surdos, ouvintes e professores.

O vídeo pode ser acessado também, por meio da Ferramenta **Material de Apoio**, ou pelo **Portal Acadêmico**, *link Vídeos*.

Finalizada a apresentação retomem as discussões.

Se acharem pertinente, façam anotações em seus **Portfólios Individuais** ou **Diários de Bordo**, com o título **D24\_Atividade17**.

## Atividade 18 – Realizar exercícios propostos no Vídeo de Exercícios 03 – Treinando conteúdos das Videoaulas Básicas 03 e 04

Seguindo a mesma dinâmica da semana passada, dividam a classe em grupos e treinem os conteúdos apresentados nas *Videoaulas Básicas 03 – Família e Verbos, e 04 – Dias da semana e meses do ano*. Elas podem ser acessadas pela Ferramenta Material de Apoio, ou pelo Portal Acadêmico, link Vídeos, assim como o Vídeo de Exercícios 03 – Treinando conteúdos das videoaulas 03 e 04, que deve ser acessado tão logo terminem seus estudos.

### Exercício 01 - Leitura de Frases

Acessem então o **Exercício 01 – Leitura de Frases**, do Vídeo de Exercícios 03, e observem as frases apresentadas pela intérprete Lais Benedetto. A seguir, acessem o *Arquivo de Respostas Editável, da Atividade 18*, na Ferramenta Material de Apoio, e registrem a alternativa certa para cada uma das frases interpretadas.

Publiquem suas respostas no **Portfólio do Grupo** e ou **Individual**, como preferirem, com o título **D24\_Atividade 18**, para futuras consultas. Ao final, confirmem o gabarito com seus Orientadores de Disciplina.

Aproveitem o momento para treinar, tirar as dúvidas e trocar as experiências de aplicação dos conteúdos estudados em sua prática pedagógica.

### Exercício 02 - Interpretando Libras

Finalizado o Exercício 01, um componente de cada grupo deve interpretar para a sala as seguintes frases do **Exercício 02 – Interpretando Libras**:

1. Sua irmã é ouvinte ou surda?
2. Meu pai virá à tarde falar com você, professora.
3. Semana que vem terei prova de Libras.
4. As notas serão divulgadas no dia 15 de abril.
5. Meu irmão leu muito ontem.
6. Vocês tem dez dias para me entregar a redação.
7. A prova é individual, mês que vem a prova será em dupla.
8. Bom dia, trouxeram o trabalho que passei segunda-feira?

9. Quarta-feira que vem não haverá aula, será feriado.

10. Sexta-feira é o último dia para entregarem o trabalho de História.

Entretanto, antes de observarem o **Gabarito do Exercício 02 – Interpretando Libras**, vejam quais foram as diferenças encontradas nas interpretações dos grupos e defendam seu ponto de vista. Tentem chegar a uma única versão de cada frase para a sala.

Acessem, então, na Ferramenta **Material de Apoio** ou pelo **Portal Acadêmico**, *link Vídeos*, o **Gabarito do Exercício 02 – Interpretando Libras** do **Vídeo de Exercícios 03 – Treinando conteúdos das videoaulas 03 e 04**, e verifiquem se a versão escolhida pela sala está correta. Se não estiver, tentem encontrar as diferenças e compreender por que elas ocorreram. Reflitam sobre as dificuldades.

Se acharem pertinente, façam anotações para ajudá-los posteriormente na elaboração do Relato de Experiência. Vocês podem utilizar o **Portfólio Individual** ou o **Diário de Bordo** para esses registros, com o título **D24\_Atividade18**.

#### Atividade 19 – Retomada da Atividade 14

Retomem os arquivos impressos, relativos à Atividade 14. Em seguida, acessem o **Vídeo de Exercício 02 – Simulado de Prova de Libras**, para, simultaneamente, assistirem a cada uma das questões do simulado e conferirem suas respostas, a partir do Gabarito apresentado pelo seu Orientador de Disciplina.

Tentem, na medida do possível, identificar e analisar os erros que eventualmente tenham cometido, visando melhorar o aprendizado.

4º Período Virtual – 30/11 e 01 e 02/12/2012



#### Atividade 20 - Atividade de Estágio – Entrega do Relato de Experiência

Retomem as anotações referentes às experiências práticas de aplicação dos conteúdos estudados ao longo da disciplina e elaborem seu Relato de Experiência.

Destaquem os resultados, detalhando as reflexões, ações, estratégias, dinâmicas utilizadas e avanços em cada um desses momentos. Indiquem, também, os desafios que enfrentaram, as eventuais dificuldades encontradas e a resposta/aceitação/empenho de seu público-alvo.

Finalizados os relatos, façam uma análise crítica dessa experiência, bem como da situação da Libras no Brasil.

Quais foram as reais contribuições para seus estudantes? E para sua prática pedagógica? Quais foram as maiores conquistas até o momento? O que ainda precisa ser feito?

Publiquem seus arquivos no **Portfólio Individual**, com o título **D24\_Atividade 20**.

**ATENÇÃO** – Esta atividade poderá, também, ser convalidada como horas de estágio. Para tanto, vocês deverão postá-la no **Portfólio Individual**, do **Ambiente Orientações de Estágio**, com o título de **Estagio\_Fundamental\_D24\_atividade20**, até o final do período de recuperação dessa disciplina, a qual se encerra dia **05 de dezembro de 2012**, às 23h55 (**Observação**: Não acentuem a palavra \*Estágio\*, quando nomearem seus arquivos). Este trabalho corresponderá ao cumprimento de **01 hora** de estágio no **Ensino Fundamental**.

**Atividade avaliativa - Associar à avaliação –  
Compartilhar com formadores**

**Valor:** 10.00 **Peso:** 3

**Tipo de atividade:** Individual

**Objetivos:**

- Refletir sobre as experiências de aplicação prática dos conteúdos estudados ao longo da disciplina.

**Critérios de avaliação:**

- Critérios gerais de produção textual (vide Manual do Aluno).
- Cumprimento da proposta.
- Entrega no prazo determinado.

**Prazo de entrega:**

- até 02/12/2012 – sem desconto em nota.
- de 03 a 05/12/2012 – com desconto em nota.

### **Atividade 21 – Levantamento de questões para a revisão**

Façam um levantamento dos conteúdos trabalhados durante esta disciplina. Observem os temas que, eventualmente, ainda estejam obscuros e/ou questões sobre as quais gostariam de discutir mais profundamente.

Façam uma lista com os temas que gostariam de retomar e/ou aprofundar na próxima aula presencial e a enviem, pela Ferramenta **Correio**, aos seus Orientadores de Disciplina.



## AGENDA DA TERCEIRA SEMANA

De 03/12/2012 a 09/12/2012

*Na verdade não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes. (FREIRE, s/n)*

Olá Caríssimos,

Chegamos à etapa final da D24, onde foram propostas estratégias de compreensão do estudante surdo e de comunicação com este, usando Libras. A nossa intenção foi dar continuidade à abordagem de inclusão, proposta pela **Escola Inclusiva**, conforme o que contemplamos nas cinco semanas do Eixo Articulador “Educação Inclusiva e Especial”. A Escola Inclusiva propõe mudanças estruturais, sobretudo, em um país como o nosso, onde há diferenças sociais muito grandes. Assim, essa mudança estrutural sugere uma educação com qualidade para todos. E nesse “todos” incluem-se as pessoas com deficiências (auditivas, físicas, mentais e visuais) transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. E as pessoas surdas estão entre elas.

Neste final de semestre, esperamos que não tenhamos perdido a oportunidade de avançar na perspectiva de uma nova revolução educacional, cuja base está nas concepções apresentadas por cada autor e cada proposta prática apresentada. Para nós, é importante que as sementes tenham sido lançadas e fertilizadas em cada um dos seus contextos de atuação. Faz-se necessário que busquemos um mundo novo, no qual toda forma de discriminação e desumanização seja superada. Assim, nossos sonhos de igualdade serão alcançados, por meio das nossas práticas que, embora sejam realizadas em cotidianos distintos e particulares, muitas vezes, complexos, poderão sim contribuir com muitas gotas para esse oceano de infinitas possibilidades humanas que é a educação com qualidade capaz de assegurar a aprendizagem, valorizando as diferenças.

Excetuando a prova final, as atividades **propostas durante esta terceira semana** não serão avaliativas, contribuindo assim, apenas, para seus estudos. Aproveitem esse período para tirar suas dúvidas e para entregar as eventuais atividades atrasadas. Vocês deverão postá-las até quarta-feira, dia **05 de dezembro de 2012, às 23h55**, data final do período de revisão e recuperação de prazos. Fiquem atentos, pois as atividades entregues após esse prazo não serão avaliadas.

No dia 06 de dezembro de 2012, vocês realizarão a prova presencial. Essa prova deve representar para vocês um momento de reflexão sobre o que aprenderam e de organização das informações e dos conhecimentos.

Observem abaixo as atividades programadas para a semana:

### 5ª Aula Presencial – 03/12/2012 – 2ª feira (Revisão/Recuperação)



Atividade 22 – Estudo em grupos.

Atividade 23 – Entrevista de encerramento da disciplina D24 – Conteúdos e Didática de Libras.

### 5º Período Virtual – 04 e 05/12/2012 – 3ª e 4ª feira (Revisão/Recuperação)



Atividade 24 – Período para estudos.

### 6ª Aula Presencial – 06/12/2012 – 5ª feira - Avaliação



Atividade 25 – Prova.

### 6º Período Virtual – 07, 08 e 09/12/2012 – 6ª feira, sábado e domingo.



Atividade 26 – Finalização da disciplina.

Segunda-feira, dia 10 de dezembro de 2012, teremos um encontro para orientações do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Em seguida, teremos as provas substitutivas:

- \* Dia 13 de dezembro de 2012 – Provas Substitutivas da D21 – Conteúdos e Didática de História e D22 – Conteúdos e Didática de Geografia.
- \* Dia 17 de dezembro de 2012 – Provas Substitutivas da D23 – Conteúdos e Didática de Ciências e Saúde e D24 – Conteúdos e Didática de Libras.

Em seguida, teremos o período de recuperação final, que se encerra no dia 20 de dezembro de 2012.

O Recesso começa no dia 21 de dezembro de 2012 e vai até dia 27 de janeiro de 2013.

Dia 28 de janeiro de 2013, daremos início à D25 – Legislação Educacional -, primeira disciplina do Bloco 3 – Gestão Escolar.

Fiquem atentos! Façam seus acessos, por meio do Portal Acadêmico (<http://www.edutec.unesp.br>).

Parabéns a todos que chegaram até aqui. Que a festas de final de ano sejam repletas de alegria e bênçãos, e que o ano novo seja o palco de grandes realizações.

Boa semana! Bom fim de ano! Boas festas!

Desejamos que em 2013, por meio das práticas seja possível tornar as nossas utopias em realidades.

Atividade Avaliativa



## 3ª SEMANA DE ATIVIDADES:

### 5ª Aula Presencial – 03/12/2012



#### Atividade 22 – Estudo em grupos

Aproveitem essa aula para retomar as questões sobre as quais gostariam de discutir mais profundamente, bem como para rever as Videoaulas Básicas, exercitando seus conteúdos e retirando as dúvidas.

#### Atividade 23 – Entrevista de encerramento da disciplina D24 - Conteúdos e Didática de Libras

Assistam, às 21h, em sua TV Digital, à entrevista de **encerramento da D24 – Conteúdos e Didática de Libras**, veiculada pela UNIVESP TV, com a Professora Dra. Elisa Tomoe Moriya Schlünzen.

Se quiserem enviar questões, peçam ao Orientador de Disciplina que as direcione.

### 5º Período Virtual – 04 e 05/12/2012



#### Atividade 24 – Período para estudos

Aproveitem esse período para praticar os conteúdos estudados, construindo novas frases. Imaginem situações de seu cotidiano escolar e interpretem o suposto diálogo. Para a verificação dos acertos, vocês podem utilizar o *Dicionário da Língua Brasileira de Sinais*<sup>1</sup>, acessando o link <http://www.acessobrasil.org.br/libras/>. Ou então, se conhecerem um intérprete e/ou proficiente em Libras, ou uma pessoa surda, treinem com ela. Revejam os exercícios presenciais e virtuais.

1. LIRA, Guilherme de Azambuja; SOUZA, Tanya Amara Felipe de. **Libras**. Dicionário da Língua Brasileira de Sinais. [versão 2.1 - web - 2008, Acessibilidade Brasil (Org.)]. Disponível em: <<http://www.acessobrasil.org.br/libras/>>. Acesso em: 31 jul. 2012.

### 6ª Aula Presencial – 06/12/2012



#### Atividade 25 – Prova

Chegou o momento de verificarmos suas aprendizagens!

Esta prova é composta de questões dissertativas e de múltipla escolha, relativas aos estudos realizados na Disciplina **D24 – Conteúdos e Didática de Libras**. Vale 10 pontos, é individual e terá duração de quatro horas. Boa prova!

### Atividade avaliativa

Valor da nota: 10,00 Peso: 4

Tipo da atividade: Individual.

Objetivos:

- Avaliação da aprendizagem em Conteúdos e Didática de Libras.

Critérios de avaliação:

- Produção textual (Manual do Aluno).
- Análise crítica dos conteúdos discutidos e comunicação básica por meio de Libras.

6º Período Virtual – 07, 08 e 09/12/2012



### Atividade 26 – Finalização da Disciplina

Se acharem pertinente, retomem os apontamentos feitos ao longo desta disciplina para escreverem um Memorial Reflexivo, pontuando suas conquistas e as aprendizagens construídas ao longo da *D24 – Conteúdos e Didática de Libras*. Destaquem as mudanças ocorridas em sua prática pedagógica depois das reflexões e dos trabalhos desenvolvidos durante essa disciplina e a realização das atividades do Eixo Articulador – Educação Inclusiva e Especial.

Sugerimos que escrevam em um editor de texto e depois copiem o texto na Ferramenta *Diário de Bordo*, com o título *D24\_Atividade26*.









